

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

**ISABELA CRISTINA CASSÓLLA
LARA RAPHAEL DA COSTA
YASMIN PAIXÃO DE ARAUJO**

**RELATÓRIO TÉCNICO
O TRABALHO NO NOVO PARADIGMA**

CAMPINAS

2022

**Isabela Cristina Cassólla
Lara Raphael da Costa
Yasmin Paixão de Araujo**

**RELATÓRIO TÉCNICO
O TRABALHO NO NOVO PARADIGMA**

**Relatório técnico apresentado à
disciplina ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO
DE PROJETO EXPERIMENTAL, da
Faculdade de Jornalismo da
PUC-Campinas, como exigência para
aprovação na referida disciplina, sob
orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto
Zanotti**

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

331
A663t

Araujo, Yasmin Paixão de

O trabalho no novo paradigma / Yasmin Paixão de Araujo, Isabela Cristina Cassólla , Lara Costa. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

74 f.

Orientador: Carlos Alberto Zanotti .

TCC (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Jornalismo, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Trabalho. 2. Greves gerais. 3. Sindicatos - Movimento trabalhista. I. Cassólla , Isabela Cristina. II. Costa, Lara. III. Zanotti , Carlos Alberto. IV. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo. V. Título

CDD - 22. ed. 331

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E DA MODALIDADE | 3 |
| 1.1 Contextualização do tema e recorte jornalístico | 3 |
| 1.2 Modalidade | 5 |
| 1.3 Justificativa | 7 |
| 1.4 Processo de apuração | 7 |
| 1.5 Seleção de fontes | 10 |
| 2. DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA | 13 |
| 2.1 Desenvolvimento da produção | 13 |
| 2.2 Processo de edição | 16 |
| 2.3 Projeto/proposta (concreta) de divulgação | 18 |
| 2.4 Custos e gastos | 19 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 19 |
| ANEXOS | 19 |

INTRODUÇÃO

Em sua primeira e única edição, “O Trabalho no Novo Paradigma”, veículo jornalístico de modalidade impressa e pertencente ao gênero dos cadernos especiais independentes, aborda as metamorfoses do mundo do trabalho e as novas perspectivas para as relações laborais.

Partimos da premissa que nós, seres humanos, estamos há muito tempo recriando como encaramos o mundo e, conseqüentemente, o trabalho. Por isso, a primeira matéria do caderno alerta sobre os riscos que correm aqueles profissionais que não se atualizam na mesma velocidade que demanda o mercado de trabalho.

As quatro matérias contidas seguintes buscam explicar e analisar o que aconteceu com esses direitos. A começar pela Reforma Trabalhista de 2017, que foi amplamente defendida pelo Legislativo como necessária, mas que agora se faz polêmica devido às alterações na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Não só as mudanças de ordenamento jurídico preocupam, mas também a falta de políticas públicas para inserção dos jovens no mercado de trabalho para evitar o fenômeno da carteira limpa e o mito da geração “nem-nem”. Outro fenômeno também abordado é o da uberização, sendo mais uma face da precarização das leis trabalhistas.

Este caderno especial independente é destinado a profissionais já inseridos efetivamente no mercado de trabalho, ou seja, pessoas entre 30-50 anos. Independentemente do gênero e escolaridade, esses trabalhadores encontram pautas jornalísticas que o situam como força de trabalho.

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E DA MODALIDADE

Neste capítulo apresentaremos o tema e o recorte jornalístico do suplemento “O trabalho no novo paradigma”, assim como a modalidade e as justificativas de escolha do tema. Além disso, discutiremos os processos de apuração e os critérios de seleção de fontes de informação e personagens presentes nas matérias.

1.1 Contextualização do tema e recorte jornalístico

O trabalho humano passou a ter sua dinâmica alterada, a partir da primeira Revolução Industrial, no século XVIII, através da inclusão de máquinas a vapor nas indústrias, que substituiu o modo de produção doméstico, pelo sistema fabril. De

acordo com Silva (2018), essas mudanças, progressivamente, se intensificaram sendo disseminadas pelo mundo, alterando a estrutura do trabalho humano.

As revoluções industriais são definidas em função da evolução e transformação de dois vetores: tecnologia e organização social. Com base nesses dois vetores, a primeira revolução, iniciada em 1770, foi provocada pelo surgimento da máquina a vapor e pelo início do pensamento econômico liberal. (SILVA, 2018, p. 4).

Já, a partir da década de 60, no século XX, após numerosas evoluções tecnológicas e científicas, como a automação e a robotização, teve início um período ainda mais revolucionário para o trabalhador: A Revolução Técnico-Científico-Informacional, conhecida como Terceira Revolução Industrial, diretamente associada à informática, biotecnologia e telecomunicações. Como explica Aires (2017). “A terceira revolução industrial, [...] se caracterizou pela implementação de componentes eletrônicos e tecnologia que permitiram a automação dos processos produtivos”.

Diante desse desenvolvimento, ocorreu um significativo aumento de produtividade, conseqüentemente, de lucro, por parte daqueles que detinham os meios de produção. E esse progresso desencadeou uma série de fatores na vida dos trabalhadores, por meio das reestruturações econômicas, advindas dos processos de globalização e do uso de novas tecnologias no mercado laboral, em busca da amplificação dos lucros.

O principal deles foi o aumento do desemprego, resultado da substituição do trabalho humano pelo trabalho mecanizado, assim como a constante necessidade de qualificação dos trabalhadores. Afinal, um trabalho que antes necessitava de múltiplos operários para ser feito, foi realizado apenas por uma máquina e um sujeito que soubesse manejá-la. Entretanto, é imprescindível que o trabalhador encarregado dessa tarefa possua o conhecimento necessário para executá-la, exigindo estudo e qualificação.

Outros fatores são: a necessidade de especialização dos profissionais, exigida constantemente, para que o trabalhador consiga dominar maquinários, cada vez mais complexos e que exigem muito. No entanto, se trata de uma

especialização instrumental, não crítica. E o aumento do mercado informal, pois com o aumento do desemprego e essa exigência pela especialização, muitos trabalhadores sem acesso a qualificação, aceitam qualquer tipo de trabalho, mesmo que seja mal remunerado ou sem os devidos direitos trabalhistas, apenas pela sobrevivência.

A junção desses fatores resulta num aumento da desigualdade social e numa diminuição das possibilidades de estudo para as classes menos favorecidas, pois muitos jovens, vão para o mercado de trabalho informal, por não terem a oportunidade de continuar os estudos.

Há ainda as crescentes políticas neoliberais, que propõem a flexibilização das relações de trabalho, ocasionando conseqüentemente o desmonte de estruturas de proteção social e regulação trabalhista, contribuindo para essa dramática crise vivida no mercado de trabalho brasileiro.

Por isso, a proposta desse produto é produzir um caderno impresso e em formato digital. Ele deve ser distribuído a trabalhadores de diferentes classes sociais, faixas etárias e profissões, levantando esse debate sobre o trabalho no novo paradigma, com a finalidade de apresentar e debater a problemática do trabalho na sociedade contemporânea, fortemente influenciada pelas tecnologias digitais.

Nesse produto, que se assemelha ao formato de um suplemento de jornal, são veiculadas matérias que mostram o impacto das transformações tecnológicas na jornada do trabalhador, o processo de flexibilização das leis trabalhistas, o papel das entidades sindicais nesse desenvolvimento, e como o Estado atua na formação dos trabalhadores nessa nova era tecnológica.

O caderno desenvolvido será de veiculação única, inspirado nos chamados *suplementos jornalísticos*. Ele será destinado ao público entre 18 e 50 anos, idade em que o brasileiro está inserido no mercado de trabalho ou busca a recolocação nele — e, justamente por esses fatores, tende a se interessar por um conteúdo informativo que trata das novas tecnologias na atividade laboral, a flexibilização ou perda dos direitos trabalhistas e as relações de trabalho, relacionados ao panorama político, econômico e social, nacional e da região.

1.2 Modalidade

A modalidade escolhida neste trabalho é o jornalismo impresso e o gênero é um caderno especial independente, inspirado nos suplementos dos jornais diários. Segundo Carvalho (2007), o suplemento funciona como uma segmentação do trabalho jornalístico, que surge num cenário de crescimento da sociedade de consumo, como uma estratégia para garantir a sobrevivência no mercado da comunicação. Com a divisão do mercado e a classificação do consumidor em determinados perfis, com gostos e preferências específicos, os jornais buscaram oferecer informações de maior interesse para várias camadas do público, de modo a atrair sua atenção — ainda que saibam que não conseguem atender a todas as demandas. “Para se entender a questão principal, a segmentação da informação incorporada pelos jornais, é necessária uma incursão nos conceitos mercadológicos que têm na segmentação uma estratégia do marketing moderno” (CARVALHO, 2007, p. 7).

O diferencial de nos inspirarmos no suplemento é tentar proporcionar ao leitor um caderno autônomo que traz uma experiência imersiva sobre determinado tema. A exemplo disso, podemos observar a Revista São Paulo, que suplementa as edições de domingo do jornal Folha de S. Paulo com reportagens sobre gastronomia, urbanismo, consumo, saúde e trânsito na capital paulistana.

A função do suplemento, portanto, para além da segmentação da informação, é dilatar o significado de realidade, no sentido de ampliar as condições de produção de formas simbólicas de campos sociais que solicitam voz, ou seja, que busquem mais espaço de visibilidade na mídia (ROCHA, 2006).

Ou seja, a escolha de se inspirar no suplemento se dá justamente na busca por entregar ao leitor informações segmentadas e aprofundadas, que, em geral, não teriam espaço nas edições diárias. Isso muito se aproxima do formato trabalhado no jornalismo de revista e, desse modo, entendemos ainda que o gênero escolhido consegue amplificar as vozes de campos sociais que buscam mais espaço de visibilidade na mídia.

Essa modalidade e gênero foram definidos também conforme o tema do trabalho, que versa sobre o impacto das transformações tecnológicas no mundo laboral, pois se trata também de um modelo tradicional na comunicação com os trabalhadores.

A classe trabalhadora requer uma abordagem mais ampla, dado ao fato de que o público abrange desde os jovens que estão iniciando no mercado de trabalho até os mais velhos, que estão buscando se requalificar nele. E um caderno especial inspirado nos suplementos jornalísticos nos permite alcançar o público desejado, disponibilizado também de maneira on-line, através do portal Digitais, portal noticioso, sob responsabilidade da Faculdade de jornalismo da PUC-Campinas.

O nome escolhido para o caderno jornalístico é “O trabalho no novo paradigma”, por ter o intuito de trazer pautas que atendam as urgências por informação do trabalhador. Isso é, pautas que falem sobre temas relacionados as transformações tecnológicas na atividade laboral e relações de trabalho em si, num cenário de precarização e alto índice de desemprego, dando ênfase ao trabalhador, apresentando e debatendo a problemática do trabalho na sociedade, fortemente influenciada pelas tecnologias.

A formatação do caderno é baseada na identidade visual já estabelecida pelos veículos de comunicação focados nas questões trabalhistas. De acordo com pesquisa previamente realizada, identificamos que essa comunicação se baseia em tipografia simples e uso das cores que remetam a valores associados ao trabalho, como força (vermelho) e tecnologia e inovação (cinza).

Portanto, o suplemento segue o uso desses elementos na construção de seu projeto gráfico. Além disso, utilizamos fontes serifadas e em cor preta, assim como nos veículos impressos tradicionais. O projeto gráfico foi pensado e todo idealizado pelo grupo, que utilizou o conhecimento adquirido durante o curso para efetuar a diagramação do caderno.

A linguagem adotada procurou se manter clara e objetiva, visando dialogar com o leitor de maneira simples, pois o público-alvo em questão abrange ampla faixa etária, além de apresentar níveis de escolaridade distintos. A publicação também utiliza recursos como fotografias e ilustrações.

1.3 Justificativa

O grupo escolheu a modalidade jornalismo impresso, através da produção de um suplemento jornalístico, o qual é um produto com enfoque em material informativo especializado. Nesse caso, não se trata de um caderno vinculado a uma produção maior, mas uma publicação independente. Porém, os modos de organização e apresentação dos conteúdos do suplemento serão os mesmos adotados neste veículo. Isso porque o projeto viabiliza uma informação mais segmentada, que, em geral, não teria espaço nos cadernos diários, voltada para temas específicos e direcionada para determinado público preestabelecido. Desse modo, o gênero escolhido, consegue amplificar as vozes de campos sociais e econômicos que normalmente não é retratada na mídia diária, como as relações de trabalho.

O grupo definiu essa modalidade de gênero também baseado no tema, como citado acima, das relações trabalhistas, mas, além disso, embasados em como as novas tecnologias inseridas no mundo do trabalho impulsionam a necessidade de os profissionais se atualizarem a cada dia para não ficarem para trás.

Por isso, o caderno levanta a pauta sobre a reforma trabalhista para entender melhor o cenário do ano de 2017 e em como a lei enfraqueceu os trabalhadores e sindicatos. A partir disso, são apresentados temas como o fenômeno da uberização, carteira de trabalho sem registro e o trabalho em *home-office*, para que por meio das entrevistas realizadas com profissionais especializados no assunto e pessoas inseridas nesse modelo de trabalho, seja possível entender o princípio desses fenômenos e a precarização envolvida que não é pautada nas mídias diárias.

Portanto, para melhor veiculação do projeto e considerando a facilidade de acesso em produtos inseridos em plataformas *on-line*, foi definido que o suplemento será veiculado em formato digital, no *site* de notícias da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, o Portal Digitais, já que o suplemento é de cunho totalmente acadêmico e sem nenhum viés político envolvido. O suplemento estará disponibilizado em formato digital, para melhor acesso do público estipulado para a leitura do projeto.

1.4 Processo de apuração

A princípio a ideia era abordar o enfraquecimento dos sindicatos após a Reforma Trabalhista de 2017. O grupo pretendia entender os motivos do enfraquecimento e os prejuízos causados tanto para os sindicatos quanto para os trabalhadores, além de falar sobre marcos históricos do sindicalismo da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Porém, houve uma mudança de rumo no início do oitavo semestre, em que, após melhores discussões sobre o assunto, o recorte deixou de ser o enfraquecimento dos sindicatos, tomando proporções maiores tratando das relações de trabalho.

Com o recorte nas relações de trabalho, o intuito não se baseia apenas em relatar o que elas são. Já que as relações estão tão presentes no dia a dia da população, que passam geralmente despercebidas as questões do desemprego estrutural no país, ou até mesmo a precarização e desproteção do trabalhador autônomo, devido à normalização desse problema, que teve seu estopim com a reforma trabalhista. Portanto, não foi abandonada a abordagem dos prejuízos que a lei causou para o enfraquecimento do sindicato e trabalhadores, o grupo apenas abrangeu uma temática maior, para mostrar para o público quais tipos de modalidades e outros problemas surgiram devido à reforma.

Mas não só isso, também é abordada a necessidade de o trabalhador se atualizar. Já que com o desenvolvimento das tecnologias no mundo atual, é preciso que cada vez mais o trabalhador busque aumentar sua capacitação, pois, caso contrário, ele tende a ficar para trás no mercado de trabalho. Essa pauta, é considerada de extrema importância, visto que, não só no Brasil, mas em todo o mundo, isso tem sido implementado, chegando a ser tão comum que às vezes, passa despercebido. Por isso, é a pauta inicial do suplemento.

A partir da página cinco, é introduzido o tema da Reforma Trabalhista. É de conhecimento do grupo que se trata de uma lei implementada no governo de Michel Temer (PMDB), ainda assim o grupo decidiu se aprofundar no processo de implementação da lei. Para isso, foi entrevistado o professor Silvio Beltramelli, promotor do Ministério Público do Trabalho (MPT), que informou sobre o processo até a lei entrar em vigor e o considerou inusual devido à rápida aprovação dos deputados e do Senado. Assim, a reportagem visa informar como consistiu na aprovação da reforma. Foi ouvido também o presidente do sindicato dos

metalúrgicos de Campinas, Sidalino Orsi Júnior, que relembrou as lutas sindicais efetuadas no ano de 2017 contra a aprovação da lei, que, para ele, é um crime contra os trabalhadores.

A partir dessa reportagem iniciou-se a discussão sobre as pontas soltas que a reforma trabalhista consolidou na economia do país. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de desocupações alcançou, em julho de 2021, a taxa de 13,7%, um crescimento de quase dois pontos percentuais em comparação com os 11,8% de desocupados no último trimestre de 2017.

Ao abordar a taxa de desocupação, a abordagem principal é sobre o público jovem, a questão da carteira sem registro de trabalho e a realização de bicos. Nessa reportagem, são apresentadas as dificuldades da nova geração em conseguir empregos registrados em carteira, e como isso influencia essa geração na procura de alternativas de trabalhos considerados bicos.

A pauta seguinte trata sobre a uberização, por um *ping-pong* realizado com a professora da faculdade de direito da Puc-Campinas Stela Cristina de Godoi. Nessa entrevista, foi abordado a questão crescente, no país, de prestadores de serviços vinculados a uma plataforma digital, como a Uber, Ifood, entre outras. Se tornou tão comum ver pessoas trabalhando nesse ramo, que os problemas que as levaram a isso, como o desemprego estrutural, passam despercebido. Então a professora apresenta a precarização dessa modalidade de trabalho, além da falta de segurança na vida econômica desses prestadores que não possuem direitos como seguro-desemprego ou fundo de garantia.

Após a discussão sobre a precarização dos modelos de trabalho para prestadores de serviço, a próxima página apresenta a questão do enfraquecimento dos sindicatos após a reforma trabalhista e as alternativas que as instituições sindicais encontraram para continuar se mantendo, por uma entrevista com representantes sindicais.

Em sequência, é apresentado uma entrevista em formato *ping-pong* com o professor e pesquisador Rodrigo Roza, mestre em ciências da informação, que fala sobre o papel do Estado e da sociedade, quando se trata de oferecer formação, no campo das tecnologias, para os trabalhadores se requalificarem e então ingressarem ou se recolocarem no mercado de trabalho.

Outro ponto muito comum atualmente na relação de trabalho entre empregado e empregador é o trabalho em regime *home-office*. Nessa pauta, é exposto que ele veio para ficar. O foco não é na pandemia, mesmo assim se fez necessário entender quais motivos levaram as empresas e até mesmo os empregados a adotarem essa modalidade de trabalho.

E já no fim do suplemento, na última página, o grupo reuniu alguns códigos QR, conhecido com QR Codes, que ao serem escaneados, direcionam para uma seleção das entrevistas sonoras realizadas pelo grupo durante a produção do trabalho. Nos áudios é possível conhecer, na íntegra, o que alguns dos entrevistados disseram durante a produção da reportagem.

Portanto, o processo de construção e apuração do projeto, consistiu principalmente em ter um olhar sensível para as questões sociais e econômicas apresentadas neste tópico. Esse foi o fator decisivo para a mudança de rumo na produção do projeto, no início do segundo semestre deste ano.

1.5 Seleção de fontes

Anselmo Santos

Mestre e doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador de cursos de extensão na área de Economia do Trabalho e Sindicalismo. Justamente por sua autoridade para falar sobre desemprego entre os jovens, foi escolhido como fonte para matéria “Carteira limpa: desalento e preocupação com o futuro”, na qual contribuiu com sua análise sobre fenômeno “nem-nem” e sobre o cenário econômico que levou os jovens à informalidade.

Clemente Ganz Lúcio

Professor universitário, sociólogo e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Na matéria “Não se atualizar é um erro estratégico”, o especialista contribuiu com sua análise sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Daniel Freire

É diretor técnico do Senai de Valinhos. Na matéria “Não se atualizar é um erro estratégico”, Daniel contribuiu para explicar o processo de requalificação do ponto de vista do trabalhador e das empresas conforme sua experiência em um dos maiores complexos de educação profissional do mundo.

Edson Saltorato

É metalúrgico e se envolve de maneira ativa com as causas do sindicato de sua categoria. Na matéria “Com Lula, sindicatos acreditam em revisão da Reforma Trabalhista”, Edson relata a forma com que encara a Reforma Trabalhista e as relações dos trabalhadores com os sindicatos.

Letícia Silva

Tem 24 anos e é analista financeira. Na matéria “Home office mostra que veio para ficar”, Letícia, que atua em modelo híbrido em uma empresa de tecnologia, relata e avalia a experiência de trabalhar nesse regime.

Lucas Nunes

Tem 24 anos e trabalha como autônomo em funções relacionadas a construção civil e elétrica, além de ser motorista em aplicativos de transporte. Sua entrada no mercado de trabalho foi aos treze anos como ajudante em um supermercado e durante toda sua adolescência o jovem fez “bicos”.

Lucas já foi funcionário público concursado por alguns meses e abandonou o cargo por não suprir a necessidade financeira de sua família. Com base em sua vivência no trabalho informal, foi escolhido como fonte para matéria “Carteira limpa: desalento e preocupação com o futuro”, na qual contribuiu com o seu relato pessoal.

Marcelo Manzano

Mestre e doutor em Ciência Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor do Instituto de Economia da Unicamp, atuando em programas de pós-graduação. Por sua autoridade na área de pesquisa das áreas de mercado de trabalho e desigualdade social, foi escolhido como fonte para matéria “Carteira limpa: desalento e preocupação com o futuro”, na qual contribuiu com sua análise sobre o desemprego e a informalidade entre os jovens.

Maria Lucia Benhame

Advogada e presidente da Associação Paulista de Relações e Estudos Sindicais – APRES. Graduada em direito e pós-graduada em na área do Direito Trabalhista pela Universidade de São Paulo (USP). Devido a suas atividades de estudos das relações sindicais, foi escolhida para entrevista ping-pong para avaliar a perda da representatividade dos sindicatos e suas consequências para os trabalhadores.

Marilei Montuanello

Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos de empresa da área de direito tributário. Marilei atua em home office e avaliar a experiência com regime na matéria “Home office mostra que veio para ficar”.

Mateus Viana Alves

Programador de software que fez curso de requalificação. Na matéria “Não se atualizar é um erro estratégico” relata sua experiência pessoal durante o processo de requalificação.

Osmar Camilo Benedito

Profissional que buscou se requalificar e, na matéria “Não se atualizar é um erro estratégico” relata sua experiência pessoal durante o processo.

Pedro Aguiar

Tem 20 anos e é programador de software. Na matéria “Home office mostra que veio para ficar”, Pedro, que atua em home office, relata e avalia a experiência de trabalhar nesse regime.

Pedro Ferrari

Trabalha área do direito tributário em home office. Na matéria “Home office mostra que veio para ficar”, relata e avalia a experiência com regime home office.

Rafael Lima

Tem 21 anos e é estudante de psicologia. Rafael teve dificuldades de encontrar um emprego formal devido à pandemia de Covid-19 e, para viabilizar o sonho iniciar a graduação, o jovem viveu de “bicos” como porteiro. Na matéria “Carteira Limpa: Desalento e Preocupação com o Futuro”, contribuiu com o seu relato pessoal sobre como é viver na informalidade e os medos de estar desempregado.

Rodrigo Hipólito Roza

Mestre em Ciência da Computação e doutor em Psicologia. É professor e pesquisador da PUC-Campinas sendo escolhido como fonte para a matéria “Capacitação deveria ser objetivo comum” por ser especialista sobre o papel do Estado e da sociedade na capacitação de profissionais.

Sidalino Orsi

Foi ouvido na matéria “Com Lula, sindicatos acreditam em revisão da Reforma Trabalhista” para relatar a sua visão como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. A escolha se deu pelo fato de os sindicatos serem uma das partes afetadas pela Reforma Trabalhista.

Silvio Beltramelli

Mestre e doutor em Direito, o primeiro pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e o segundo pela Universidade de São Paulo (USP). Foi escolhido como fonte para a matéria “Com Lula, sindicatos acreditam em revisão da Reforma Trabalhista” por sua autoridade e experiência como pesquisador do tema da Reforma Trabalhista e da flexibilização do direito do trabalho.

Stela Cristina de Godoi

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), com mestrado e doutorado concluídos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora e extensionista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Cedeu uma entrevista ping-pong para a matéria “Uberização é precarização, diz economista” na qual visou analisar e explicar o fenômeno de “uberização”, nome inspirado no modelo de trabalho dos transportes por aplicativo, como meio para o empregador não estabelecer vínculos empregatícios para com o trabalhador.

2. DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Neste capítulo será apresentado o desenvolvimento da produção, além de mostrar todo o processo das reportagens e demais conteúdo do suplemento. Por fim, serão expostos também os custos na elaboração do produto e a proposta de viabilidade da divulgação do produto.

2.1 Desenvolvimento da produção

No início do ano letivo de 2022, após tomar conhecimento do cronograma estipulado pela direção, o grupo iniciou o planejamento da produção. Inicialmente foi proposta a produção de um suplemento jornalístico com a temática centrada no enfraquecimento do sindicalismo brasileiro. Foram então prospectadas pautas, além das apurações para dar embasamento a essa produção. Porém, após um importante alerta do professor orientador e da banca de qualificação, ocorrida em agosto de 2022, o grupo resolveu mudar a temática do suplemento e assumir o tema “O trabalho no novo paradigma”.

A partir dessa nova definição na proposta de produção e com as orientações do professor, Carlos Alberto Zanotti, decidimos que seria produzido, em jornalismo impresso, uma edição especial de um caderno de 12 páginas, no formato A3, pautado por conteúdo informativo, com a finalidade de apresentar e debater a problemática do trabalho na sociedade contemporânea, fortemente influenciada pelas tecnologias digitais.

Para tanto, foram redefinidas as pautas prospectadas anteriormente, buscando novos dados e novas fontes, tendo como objetivo entrevistar personas como economistas, educadores, sociólogos e trabalhadores sujeitos às novas imposições do mercado de trabalho, abordando temáticas como uberização, pejotização e empreendedorismo.

Estabelecidas a temática e as pautas, cada integrante do grupo ficou responsável pela produção de três pautas, incluindo a carta ao leitor, que abre o suplemento), além de todas as imagens, infográficos e ilustrações. Cada integrante ficou responsável pela pauta que se identificava mais, sendo assim houve a seleção de fontes para a produção de suas respectivas matérias.

Durante os meses de agosto e setembro, foi realizada a fase de apuração, com pesquisas para a produção das pautas e seleção das demais fontes de informação e personagens, que haviam sido parcialmente selecionados até o momento da entrega parcial do Projeto de Produção Jornalística, no primeiro semestre, mas que depois foram alterados.

Todas as entrevistas foram efetuadas durante os meses de setembro, outubro e novembro. Durante esse período, o grupo investiu ainda mais na produção do

conteúdo e apuração de dados, além das decupagens de entrevistas, e concepção de fotografias.

O mês de outubro foi dedicado à finalização das entrevistas e produção das reportagens. Ao término deste mês, o grupo iniciou o processo de edição das matérias junto ao orientador. Assim, durante os meses de outubro e novembro foi produzido todo o material editorial (textos, fotos e ilustrações). Foi também nesse período em que as integrantes decidiram os títulos das respectivas reportagens.

Já no mês de novembro, o grupo iniciou o processo de diagramação. Buscando aplicar todo o conhecimento adquirido ao longo do curso, o grupo idealizou o projeto gráfico e deu início a diagramação do caderno, utilizando a ferramenta InDesign, software fornecido pela universidade. O suplemento foi finalizado na terceira semana de novembro, após análises das alunas e orientador, visando ajustar e corrigir erros.

Enquanto o grupo trabalhava na diagramação do suplemento, foi decidido inovar e incluir na página final do caderno um código QR Code que armazena algumas sonoridades realizadas durante a produção do trabalho. Por meio do escaneamento deste código, o leitor tem acesso a áudios exclusivos dos entrevistados que participaram da produção do caderno. Esta foi uma maneira que o grupo encontrou de fundir o meio impresso com o digital, já que o objetivo é que o caderno seja veiculado também digitalmente, através Portal Digitais, da faculdade de jornalismo da PUC-Campinas.

Durante o desenvolvimento do trabalho, o grupo teve certa dificuldade com algumas fontes que inicialmente sinalizaram interesse em participar, mas, quando solicitados, não retornaram. Alguns dos entrevistados também não aceitaram ser fotografados, enquanto outros preferiram enviar fotos de arquivo pessoal.

Por fim, o grupo também encontrou dificuldade em administrar a reestruturação do conteúdo com os outros deveres que tinham, ainda assim, o propósito do suplemento de mostrar a realidade do mundo do trabalho, por meio das pautas, entrevistas, e essência dos personagens foi atingido.

As entrevistas

As entrevistas foram feitas de maneira presencial e remota, conforme a logística, preferência e disponibilidade do entrevistado. As entrevistas virtuais foram

realizadas pelo Zoom e Google Meet. A escolha destas plataformas se deu pelo fato de ambas serem gratuitas e de fácil acesso aos entrevistados.

Por um lado, as entrevistas remotas facilitaram o acesso do grupo às fontes e personagens, por outro elas dificultaram a produção de fotografias e a condução da entrevista. Porém, o grupo seguiu sempre as orientações, em relação à condução das perguntas e produção das imagens.

Outra dificuldade apresentada foi a conciliação dos horários, como a maioria dos personagens das reportagens, são trabalhadores, alguns informais, houve dificuldade nos agendamentos das entrevistas, por conta da disponibilidade dos entrevistados.

Projeto gráfico

A imagem da capa traz, em um fundo vermelho, um logotipo produzido pelo grupo e uma ilustração realizada pelo profissional Gabriel Miranda. As demais páginas recebem o fundo branco tradicional. Os textos estão justificados e diagramados em quatro colunas, buscando seguir alguns veículos impressos tradicionais. Por ser um tema caracteristicamente sério, o caderno de edição especial foi elaborado sem muitos destaques ou diagramações criativas. O grupo optou apenas em destacar mais as imagens, ainda que de forma sutil, seguindo os padrões dos cadernos impressos tradicionais. As fontes usadas no suplemento foram: Verdana em tamanho 72 para a capa e Geórgia tamanho 36 para os títulos, 24 para os intertítulos e 12 para todo o miolo, com exceção das legendas das fotos, formatadas também com fonte Geórgia, mas tamanho 10 e as linhas finas que foram formatadas com a fonte Arial 18.

2.2 Processo de edição

No processo de edição, foi escolhida como plataforma principal o InDesign para ser desenvolvido todo o trabalho. Foi definido que o projeto seria feito em formato A3 para seguir o mais próximo dos padrões de suplementos jornalísticos dos grandes jornais. O grupo seguiu as normas corretas de diagramação ensinadas ao longo do curso.

A diagramação iniciou pela definição do modelo da capa, em que foi introduzida uma ilustração escolhida pelo grupo para representar o tema principal do suplemento, o trabalho. Anteriormente, a ideia proposta era de uma fotografia que

representasse as atividades de trabalho uberizadas, como motos de entregadores de delivery, porém, durante a concretização do projeto surgiu a ideia de uma capa ilustrada, pois a ilustração seria um diferencial no suplemento, além de transmitir melhor a ideia principal do caderno e dialogar melhor com o público e as ideias apresentadas pelas reportagens trazidas no suplemento.

Para isso, a capa ilustrada, remete ao tema central do suplemento, retratando a imagem de um trabalhador, um notebook (que faz jus a primeira reportagem sobre as tecnologias no mercado de trabalho) se fundindo a uma carteira de trabalho, representando a precarização dos direitos trabalhistas.

As cores já estavam definidas sendo mantidas. São elas: o vermelho como cor predominante e o cinza como complemento. Em matérias práticas ao longo do curso, o grupo aprendeu sobre a psicologia das cores, por isso utilizou esta técnica para definir as cores do suplemento, sendo o vermelho empregado com o intuito de representar força, e o cinza representando inovação, tecnologia e neutralidade, se tratando de uma cor imparcial, assim como o jornalismo deve buscar ser.

O tempo de diagramação foi de aproximadamente uma semana e durante esse processo, o grupo foi construindo a diagramação por partes. Primeiro foi projetado o layout das páginas, depois iniciou a diagramação no InDesign. A partir de então, foi feita uma avaliação em todas as páginas, sendo constatado que o grupo não acertou de primeira nas escolhas, mas com o amadurecimento das ideias, e orientação do professor, o grupo remodelou as páginas e concretizou a diagramação.

Após finalizar a parte mais “grosseira” do trabalho, o grupo revisou os detalhes, dando início a algumas correções, como colunas que estavam desalinhadas, assinaturas das reportagens muito próximas ao corpo do texto, uso de capitulares nas matérias e disposição das fotos nas colunas. O grupo teve bastante trabalho com alinhamento das colunas, por exemplo, pois muitas vezes elas estavam desalinhadas de uma forma muito discreta, quase imperceptível, o que necessitou um olhar muito atento para que nenhum erro passasse despercebido.

Outro olhar minucioso imprescindível foi em relação a erros gramaticais. Por mais que todos os textos tenham passado por correções rígidas e revisões, ainda assim foi preciso dar atenção redobrada aos textos para que não houvesse nenhum erro na escrita.

O processo todo foi detalhado, para que todas as ideias inseridas no caderno, não se parecessem com apenas mais um caderno como tantos que já existem. Por isso o grupo buscou sempre manter a originalidade e apresentar diferenciais, tentando não repetir os modelos de layout das páginas que tivessem o mesmo conteúdo, por exemplo, que fossem ping-pong. O intuito era que as fotos e o texto não ocupassem o mesmo local, apresentando formas diferentes de reproduzir as informações trazidas ali, não repetindo a mesma coisa, mas apresentando originalidade em cada página.

2.3 Projeto/proposta (concreta) de divulgação

A proposta para divulgação do suplemento é veiculá-lo de maneira digital no Portal Digitais, um portal noticioso sob responsabilidade da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas. Bem como os especiais “Podcast” e “Web Série” contidos no portal, a edição digital do caderno “O trabalho no novo paradigma”, introduzirá ao veículo um novo formato para agregar aos conteúdos especiais nele contido.

Por ser um suplemento jornalístico, o diferencial deste produto é trazer um material informativo segmentado e especializado, sendo assim, a veiculação no Digitais traz novos públicos ao portal, pois vai além do noticiário geral do dia a dia. Contudo, o público do caderno “O trabalho no novo paradigma”, demanda por atualizações do tema “relações de trabalho”, as quais poderá acompanhar no site e nas redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn) boletins noticiosos sobre o tema.

No que se refere a versão impressa do suplemento, após seu lançamento digital, o objetivo é contatar órgãos de interesse, como sindicatos, associações e instituições relacionadas ao meio laboral, para que estes possam veicular o caderno “O trabalho no novo paradigma”, de maneira física, mediante o patrocínio referente aos custos de impressão. O acesso digital segue no Digitais, mas a versão impressa poderá ser distribuída por esses patronos com um QR Code que leve para os perfis das redes sociais do projeto e/ou link da versão digital (veiculada no Digitais).

2.4 Custos e gastos

O principal custo foi durante o processo de apuração que se deu, principalmente presencialmente, por entrevistas feitas presencialmente, sendo

assim, o grupo teve custos referentes ao transporte. No entanto, foram utilizados veículos pessoais, transporte público e por aplicativo, não sendo possível estimar quanto foi o gasto em cada um.

Como o processo de editoração e diagramação, foi feito por completo pelas integrantes do grupo, não houve despesas extras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Elcio Bricio. **Automação e Sociedade: quarta revolução industrial, um olhar para o Brasil**. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

AIRES, Regina W. A. Indústria 4.0: competências requeridas aos profissionais da quarta revolução industrial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO, 7., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...**Foz do Iguaçu: Ciki, 2017.

CARVALHO, Antônio Carlos. O fim do novo sindicalismo. **Le Monde Diplomatic Brasil, Brasil**, 11 mar. 2022.

REVISTA COMPÓS. Rio Grande do Sul: Dezembro, 2006.

ANEXOS

Anexo 1 - Acesso ao caderno "[O Trabalho no Novo Paradigma](#)".

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

ISABELA CRISTINA CASSÓLLA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**REFORMA TRABALHISTA E REFORMA DA PREVIDÊNCIA:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA**

CAMPINAS

2022

Isabela Cristina Cassólla

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**REFORMA TRABALHISTA E REFORMA DA PREVIDÊNCIA:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA**

**Relatório individual de pesquisa a
presentado à disciplina METODOLOGIA
E PESQUISA APLICADA EM
JORNALISMO da Faculdade de
Jornalismo da PUC-Campinas como
exigência parcial para aprovação na
referida disciplina, sob orientação da
Profa. Dra. Juliana Doretto**

PUC-CAMPINAS

2022

Introdução

Com crescente adesão governamental a políticas baseadas no neoliberalismo, pudemos observar algumas reestruturações de ordenamento legal e jurídico no Brasil, tais como a Reforma na Previdência Social e a Reforma Trabalhista. Essas medidas se deram justamente porque a ideologia política neoliberal propõe a intervenção mínima do Estado na economia e na estruturação social. Sendo assim, a não interferência estatal resultou na remodelação das relações de trabalho, que se tornaram mais flexíveis e reduziram alguns direitos previamente adquiridos pelo trabalhador.

A flexibilização, por exemplo, é uma forma de dizer que os salários e os direitos trabalhistas serão reduzidos, utilizando uma palavra menos dura [...] A atual fase do capitalismo, denominada de neoliberalismo, procura sobrevida com palavras grandiosas e vazias para encobrir suas fragilidades (BERTOLINO, 1997, p. 22).

Prevista na Emenda Constitucional nº. 103, de 13 de novembro de 2019, a Reforma na Previdência Social implicou o aumento da idade e tempo de contribuição necessários para concessão do benefício da aposentadoria, afetando não só os idosos que estavam prestes a se aposentar, mas também os das próximas gerações. Tal ação, cuja justificativa foi controlar o balanço do sistema de pagamento da Previdência, interfere diretamente no que está garantido pelo Art. 194 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Já a Reforma Trabalhista, sancionada por meio da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, trouxe uma mudança significativa na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), criando dispositivos para flexibilizar a jornada de trabalho. E, além disso, viabilizou a negociação dos termos e condições de trabalho entre empregado e empregador, tirando a força do sindicalismo na intervenção dessas relações, enfraquecendo o poder do trabalhador nessa disputa (CARVALHO, 2017).

Com base nesse cenário, o objetivo dessa pesquisa é analisar como a imprensa brasileira, incluindo sites e telejornais, noticiaram a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, com o intuito de entender o que foram ambas as mudanças

e como se deu a cobertura desses veículos midiáticos em relação aos direitos trabalhistas e de seguridade social e às relações de trabalho.

O método aplicado neste trabalho é o da pesquisa bibliográfica, que consiste em investigar, por meio de materiais acadêmicos, um determinado assunto de interesse. Esse processo teve como início o reconhecimento de um problema que delimitou o tema de estudo. A vantagem desse método de pesquisa está, segundo Gil (2008, p. 69), “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa bibliográfica compreendeu, ainda, o levantamento bibliográfico preliminar. Em nosso caso, essa busca foi feita nos anais dos congressos nacionais da Intercom (2017-2019), em que foi encontrado o artigo: “A Reforma da Previdência em dois tempos: as estratégias político-midiáticas a partir de um estudo comparativo no Jornal Nacional em 2003 e 2017” (LIEDTKE, 2017) e “Jornalismo político ou esportivo?: mecanismos de cobertura da reforma da previdência em clima de placar eleitoral” (KHUL, 2019). Selecionamos ainda a dissertação “Reforma Trabalhista de 2017: estudo da narrativa jornalística do Portal G1” (ROQUE, 2019), e o trabalho de conclusões de curso “Modernização ou retrocesso: a Reforma Trabalhista no The Intercept Brasil e na Folha de S. Paulo online” (SILVA, 2017), ambos encontrados por meio do site de buscas Google Acadêmico¹,

Com a leitura de cada uma dessas fontes, foi possível analisar como os veículos de imprensa noticiaram a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Ato que foi feito inicialmente com o fichamento de cada conteúdo compilado. Esse processo foi concluído com a fase mais aguda do projeto, que foi a articulação daquilo que foi analisado e interpretado durante as etapas posteriores. É justamente durante essa apresentação dos resultados que devem ser indicadas as “bases que fundamentam as inferências obtidas, bem como o valor da generalização dos resultados para o universo considerado” (GIL, 2008, p. 183).

¹Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em 10 jun. 22.

Revisão bibliográfica

O que foi a Reforma Trabalhista?

A Reforma Trabalhista, aprovada por meio da Lei 13.467, trouxe mudanças substanciais na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). As principais alterações envolvem, por exemplo, as férias, que agora podem ser usufruídas em até três períodos; a negociação mediante acordo individual (entre empregado e empregador), sem envolver as entidades dos trabalhadores; e a desobrigação da contribuição sindical, fazendo com que o desconto da contribuição na folha de pagamento, que era obrigatório, passa a ser facultativo.

Para entender as consequências dessa reforma é preciso compreender a importância da CLT para a regulação das relações estabelecidas contratualmente entre empregado e empregador para que a atividade laboral seja exercida. Segundo Rocha, Silva e Silva:

No estudo do Direito do Trabalho, as relações entre empregado e empregador são muito importantes, justamente por serem um conjunto de normas que regem estas relações e são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pela Constituição Federal e por Leis extremamente específicas, mas sempre lembrando que a relação contratual é a base do direito individual trabalhista. (ROCHA; SILVA; SILVA, 2019, p. 3).

Entende-se como empregado a pessoa que exerce atividade laboral em troca de uma determinada remuneração. Já o empregador é a empresa que exerce uma atividade econômica e admite um empregado para execução de tal. Sendo assim, a CLT é o documento que regula essa relação, ou seja, cria regras para que ela se estabeleça de maneira justa. Ainda segundo Rocha, Silva e Silva:

A legislação trabalhista em sua concepção teórica, influencia na redução de desempregos, e tem interesse no crescimento do país e as mudanças que ocorrem quando a legislação é alterada acabam desencadeando na qualidade dos empregos e na segurança que é proporcionada aos trabalhadores com o amparo legal (ROCHA; SILVA; SILVA, 2019, p. 5).

O início do processo de mudança da CLT, que regulamenta as relações trabalhistas desde 1943, foi em dezembro de 2016, quando o Projeto de Lei (PL) 6.787, que instituía a Reforma Trabalhista, foi apresentado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados. Apesar de sua complexidade, o projeto rapidamente foi

tramitado e aprovado pelo Congresso, se transformando na Lei nº 13.467 em julho de 2017 e passando a vigorar em 11 de novembro de 2017.

Uma das principais preocupações em torno dessas mudanças estava ligada diretamente à perda dos direitos trabalhistas já conquistados ao longo da história, por meio de lutas e resistência da própria classe trabalhadora, visto que muitas das novas medidas não remetiam à “noção de que a venda da mercadoria da força de trabalho é uma relação entre pessoas, substituindo-a por uma visão que trata essa venda como uma relação entre coisas” (CARVALHO, 2017, p. 82). Ou seja, bem como nos primórdios da Revolução Industrial, retoma-se a prevalência da visão de que a força de trabalho é uma mercadoria como outra e que pode ser negociada entre empregado e empregador, sem levar em conta a desigualdade entre essas forças.

Todo direito do trabalho é baseado na admissão da desigualdade de forças existentes, que visa superar a noção, mais próxima do Direito Civil, de um simples contrato de serviços de aluguel, em que a relação entre empregado e empregador existe apenas enquanto durar a prestação do serviço, e suas respectivas obrigações deve limitar-se a esse período (CARVALHO, 2017, p. 82)

Nesse sentido, alguns dos pontos mais polêmicos da reforma foram a desvalorização da negociação coletiva e o fim da contribuição sindical. Assim, os ganhos ou perdas do trabalhador passam a depender das negociações específicas, entre empregador e empregado, e não mais com base no que dizem os acordos coletivos de trabalho, celebrados entre uma ou mais empresas de determinadas categorias e os sindicatos (representando os interesses dos trabalhadores), e as convenções, em que dois ou mais sindicatos estipulam as condições laborais. E, com a perda na arrecadação de receitas advindas da contribuição sindical obrigatória, os sindicatos passam a ter, além da menor representatividade, problemas de organização e financiamento, o que retira sua força nessas dinâmicas de celebração de novos acordos.

O corte abrupto da contribuição sindical, pode implicar que sindicatos terão problemas até se reorganizar, e vale dizer que a representação na firma só atingira 45% dos empregados formais, de acordo com Campos et al. (2017), com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2015. (CARVALHO, 2017, p. 90)

Essa polêmica se deu devido ao momento de crise política e econômica pelo qual o Brasil passava durante o período de aprovação da Reforma Trabalhista. As

medidas foram apontadas pelo governo como uma possível solução para a alta no desemprego, mas especialistas indicavam como o processo na verdade retirava poderes dos trabalhadores. “A flexibilização dos direitos trabalhistas pode ser extremamente prejudicial ao empregado, que depende da manutenção do seu emprego e por isso pode aceitar quaisquer condições que lhe seja imposta” (COELHO, 2021).

Trazendo essa análise para o período atual, quatro anos após a vigência da Reforma Trabalhista, nota-se que a possibilidade de fracionar o período de férias e aderir à jornada de 12 por 36 horas em outros ramos de atividade do mercado foram bem recebidas, mas a queda do desemprego e redução na informalidade, que eram as grandes promessas da mudança, não foram tão grandes como prometido (ROCHA; SILVA; SILVA, 2019, p. 13).

Há ainda uma segunda mudança de ordenamento jurídico que modificou direitos adquiridos pelo trabalhador: a Reforma da Previdência Social, aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019. Segundo Jorge e Pedrosa:

A Previdência Social representa uma parcela da seguridade social cujo propósito principal é instituir um sistema de proteção social por intermédio de uma contribuição, objetivando mecanismos de sustentação ao segurado e sua família, de maneira imperativa e substancial (JORGE; PEDROSA, 2020, p. 2).

Tal reforma, que será discutida de maneira ampla ao longo do próximo tópico, foi justificada pelo discurso do envelhecimento da população brasileira como um todo e do crescimento com as despesas como saúde, assistência social e até mesmo como a própria Previdência, gerando dificuldades de sustentação da máquina financeira governamental (JORGE; PEDROSA, 2020). Contudo, os questionamentos se deram em torno do aumento da idade e tempo de contribuição necessários para concessão do benefício da aposentadoria, deixando incerto como será o futuro daqueles que se enquadrarão nessa nova regra.

O que foi a Reforma da Previdência Social?

A Reforma da Previdência Social, aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 103, de novembro de 2019, trouxe a alteração das regras no sistema de seguridade social brasileiro, principalmente no que se refere à concessão da aposentadoria.

Anteriormente, conforme explicam Santos e Ribeiro (2020, p. 223 -249), era possível, conforme a regra geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão que gerencia a Previdência Social no Brasil, se aposentar de duas maneiras. A primeira, se dava somente conforme o tempo de contribuição com o INSS, ou seja, independentemente da idade do trabalhador, era possível para os homens se aposentar com 35 anos contribuídos e, para as mulheres, com 30 anos. A segunda maneira era híbrida, isto é, considerava o tempo de contribuição e a idade do trabalhador: 65 anos para os homens e 60 para as mulheres, desde que ambos tivessem 15 anos de contribuição.

Com a chegada da Reforma de Previdência Social, a coexistência dessas duas maneiras de aposentadoria foi revogada. Agora passa a valer somente a regra da aposentadoria híbrida, que leva em conta idade mínima e tempo de contribuição (SANTOS; RIBEIRO, 2020, pp. 223-249). Isto é, quando passar o período de transição, para haver a concessão da aposentadoria, homens necessitam ter 65 anos e no mínimo 20 anos de contribuição. Já as mulheres devem ter 62 anos e 15 anos de contribuição, no mínimo.

Um dos principais argumentos usados para defender a necessidade dessa mudança foram os déficits no orçamento público atribuídos ao sistema de Previdência Social (JORGE; PEDROSA, 2020, p. 2). A justificativa para tal afirmação é que a diminuição na taxa de fecundidade, que futuramente ocasionará na diminuição de contribuintes, atrelada ao aumento da expectativa de vida do brasileiro, ou seja, o aumento no número de aposentados, fará com que a Previdência Social não seja autossustentável. Esse cenário a tornaria dependente do financiamento do governo federal, que, na visão dos que arquitetaram a reforma, não tem condições econômicas para fazê-lo.

Outro argumento amplamente defendido foi de que na antiga regra havia uma saída precoce do indivíduo no mercado de trabalho. Segundo Leme e Malága (2001, p. 205-222 apud SANTOS; RIBEIRO, 2020, p. 223-249), esse processo, propiciado “pelo benefício da aposentadoria por tempo de contribuição, é custosa, pois os trabalhadores que dessa forma se retiram do mercado de trabalho não aproveitam todo seu capital humano”.

A mudança na estrutura das aposentadorias também foi defendida pelos apoiadores da Reforma da Previdência com o argumento de que a regra antiga abria

brechas para o etarismo, que consiste no preconceito com pessoas de idade avançada. Esse argumento defendia que, no modelo antigo, a aposentadoria por tempo de contribuição era uma maneira de retirar o trabalhador mais velho do mercado laboral, visto que ele poderia pedir a concessão do benefício sem atingir uma idade mínima. Segundo Barreto e Ferreira (2011, p.45 apud. SANTOS; RIBEIRO, 2020, pp. 223-249), nesse sistema, “a aposentadoria passou de um direito do trabalhador individual, para uma medida de gerenciamento do mercado de trabalho, pois um trabalhador de idade mais avançada passa a não ser mais interessante para os empregadores.”.

A Reforma da Previdência tramitou ao longo de todo o governo do ex-presidente Michel Temer, mas foi na gestão de Jair Bolsonaro que houve concordância entre o Executivo e Legislativo para a aprovação da proposta. Apesar disso, parte da opinião pública mostrou descontentamento com a medida, por conta da garantia dos direitos sociais. Conforme avaliam Santos e Ribeiro:

A reestruturação do sistema previdenciário brasileiro, através de reformas previdenciárias constantes não é o meio adequado para se atingir o fim almejado, isto é, a minimização das desigualdades sociais nas políticas de proteção social, já que o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta (SANTOS; RIBEIRO, 2020, p. 249).

Para entender essa preocupação, é preciso ter em mente que a seguridade social, que consiste em conjunto de ações tomadas pelo poder público para garantir serviços de saúde, assistência social e Previdência, é um direito do cidadão brasileiro, estabelecido na Constituição de 1988. Esse foi um dos principais pilares para que muitos enxergassem as novas regras da Previdência Social como um retrocesso, pois, conformem avaliam Lourenço, Lacaz e Goulart (2017, p. 479), “trata-se de um processo político e ideológico que limita o papel do Estado na área social, criando as condições e a estrutura necessárias para que o capital explore financeiramente as políticas sociais, em especial a da PS”.

Segundo Lourenço, Lacaz e Goulart (2017, p. 479), críticos da Reforma, as novas regras abrem espaço para que o mercado explore financeiramente as políticas sociais. Pois, tendo em vista o tempo de vida e de trabalho necessários para se aposentar, conforme as novas regras, a população passa a recorrer a outros meios para conseguir esse suporte, como a previdência privada.

Além disso, ainda que haja uma mudança demográfica do país, como a diminuição na taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida do brasileiro, existem recortes sociais e geográficos que deveriam ter sido analisados nessa questão. Com base em dados contidos no “Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil”, divulgados pelo IPEA em 2017, ano que a Reforma da Previdência Social já tramitava, a longevidade apresenta uma disparidade entre as regiões. A região Nordeste tem o pior índice IDH-longevidade, ao passo que as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam as melhores médias, com cerca de 0,1 ponto de diferença no índice de cada uma delas.

Outro indicador que valida a necessidade de um recorte geográfico, ainda segundo o “Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil” (IPEA, 2017), é o do IDH comparado à renda da população, conforme a região. Nele, é possível observar que no Nordeste o IDH-renda é de 0,65 ponto e o das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul se mantém na média de 0,77 ponto. Isso significa que existe uma disparidade entre a longevidade e a renda da população brasileira conforme o estado. O Nordeste exemplifica essa questão, dado ao fato de que sua população tem uma das piores expectativas de vida e a menor renda. Ou seja, como lembram Corrêa e Ribeiro (2019, p.78) a Reforma da Previdência Social pode agravar esses indicadores.

A cobertura das reformas

Buscando analisar a forma como a Reforma Trabalhista foi abordada pela mídia, o estudo “Modernização ou retrocesso: a Reforma Trabalhista no *The Intercept Brasil* e na *Folha de S. Paulo Online*”, de Luiza Fritzen e Silva (2017), voltou o olhar a dois portais jornalísticos, o *The Intercept Brasil* e a *Folha de S. Paulo Online*. O trabalho empregou a metodologia da Análise de Conteúdo, com base em 19 publicações divulgadas nos dois veículos entre 24 e 30 de abril de 2017, semana em que ocorrerem as votações na Câmara dos Deputados.

Após observar as fontes ouvidas, bem como os temas tratados e sua abordagem, a autora observa que o *The Intercept Brasil* apresentou um texto combativo, que por diversas vezes mistura opinião e informação. Nas publicações do *The Intercept Brasil*, o principal tipo de fonte procurada foram os parlamentares e, quantitativamente, houve equilíbrio entre o posicionamento dessas fontes (no sentido de serem favoráveis ou desfavoráveis a Reforma Trabalhista). O principal aspecto

abordado foi o da cobertura da votação do projeto e outras mudanças ocasionadas pelo projeto reformista e o viés dos textos, em sua maioria, se deu em torno da perda dos direitos.

Já a *Folha de S. Paulo*, ainda segundo a avaliação da autora, adotou um discurso que buscava dar espaço para vozes opostas a fim de garantir um conteúdo heterogêneo. Em suas publicações, o principal tipo de fonte ouvida também foram os parlamentares e, quantitativamente, o posicionamento foi dessas fontes foi igualmente equilibrado. A *Folha de S. Paulo Online* trouxe as outras mudanças ocasionadas pela Reforma Trabalhista como o principal aspecto abordado, seguidas da cobertura sobre as mudanças sindicais. O viés de sua abordagem se deu entorno da perda dos direitos e as questões econômicas acarretadas pelo projeto.

Em suas considerações finais, Luiza Fritzen e Silva parte do pressuposto que seria importante para os veículos falassem não apenas da necessidade (ou não) da Reforma Trabalhista (e as consequências financeiras de não a implementar), mas também abordassem as razões da urgência em aprová-la. Posicionamento que, segundo a autora, foi adotado pelo *The Intercept Brasil*, mesmo que de forma a não diferenciar claramente suas publicações opinativas e informativas. Além disso, a autora pondera que a *Folha de S. Paulo Online* se posicionou de maneira favorável à Reforma Trabalhista em suas colunas e editoriais, deixando um discurso mais equilibrado para o conteúdo informativo.

Já a pesquisa “A Reforma Trabalhista de 2017: estudo da narrativa jornalística do Portal G1”, de Adriana de Oliveira Roque (2021), avalia a abordagem da alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no portal da rede Globo. A autora analisou 25 notícias publicadas na editoria Economia/Concursos do portal com a proposta de identificar o discurso usado pelo veículo e analisar se o *Portal G1* foi ou não tendencioso na cobertura da Reforma Trabalhista.

A autora observou que o site da rede Globo abordou uma série de subtemas, ou seja, falou de aspectos específicos da Reforma Trabalhista, tais como limite da terceirização, jornada de trabalho etc. Conforme foi-se chegando ao início da vigência da lei, o *Portal G1* passou a trazer mais matérias sobre o tema em si, buscando demonstrar os efeitos das modificações.

Dado o exposto, nota-se que, em cada um dos 25 episódios, o Portal G1 fornece ao leitor, de forma gradativa e contínua, um acervo de

informações do antes e depois da chegada da nova lei e procura ainda pontuar as implicações iniciais dos seus primeiros dias em vigor [...] (ROQUE, 2021, p. 67).

Assim, Roque diz que, inicialmente, o *Portal G1* buscava detalhar as mudanças reformistas, mas sem deixar evidente os impactos de sua aplicação. Às vésperas da entrada da lei em vigor, o portal resgata os principais pontos da Reforma Trabalhista e, logo em seguida, passa a falar sobre as implicações imediatas trazidas por ela.

Ainda segundo as observações de Roque, nos primeiros dias da lei em vigor, o *Portal G1* passa noticiar os conflitos que começam a surgir, tais como o posicionamento dos sindicatos para se adequar às mudanças. No entanto, a autora avalia que o portal do grupo Globo não oferece um desfecho sobre o tema, visto que não traz ao leitor as consequências vividas pelo trabalhador, deixando a ele a opção de formular suas próprias ideias sobre a temática.

Assim, Roque conclui que os efeitos da Reforma Trabalhista para o trabalhador não foram demonstrados com clareza nos argumentos dos textos. Não obstante, a autora avalia que o *Portal G1*, por vezes, deu ênfase às vantagens obtidas pelo empresariado, com benefícios do suposto crescimento econômico, ainda que para fazê-lo tenha sido necessária a normalização da perda dos direitos trabalhistas.

Já no que se refere à Reforma da Previdência, o artigo “A Reforma da Previdência em dois tempos: as estratégias político-midiáticas a partir de um estudo comparativo no *Jornal Nacional* em 2003 e 2017”, de Paulo Liedtke (2017), se propôs a analisar a cobertura do *Jornal Nacional*, principal telejornal brasileiro exibido na TV aberta, durante os quatro meses de tramitação do projeto da Reforma da Previdência. Para tanto, ele analisa dois projetos reformistas que ocorreram em momentos diferentes: no governo Lula, em 2003 (PEC-40), e no governo Temer, de 2017 (PEC 287).

A análise de Liedtke, fundamentada na Teoria do Agendamento e na Teoria do Enquadramento, observou que o telejornal se posicionou de maneira favorável à reforma tanto em 2003 quanto em 2017, o que auxiliou o governo na busca por um consenso social sobre a necessidade das mudanças no sistema previdenciário. Isto é, ao longo dos quatro meses de tramitação dos projetos, o *Jornal Nacional* demonstrou afinidade com a proposta do governo.

Liedtke defende que a Reforma da Previdência Social ocorrida no governo Lula (2003), em seus quatro meses de tramitação, teve espaço no *Jornal Nacional* com

139 fontes em defesa da reforma e 65 fontes contrárias. Ou seja, houve o dobro de argumentos favoráveis. Também foi observado pelo autor que essas fontes tiveram mais espaço para defender a necessidade da Reforma, ao passo que as contrárias apareceram apenas quando ocorreram grandes marcos, como nos protestos coletivos dos servidores públicos.

Observou-se o predomínio de fontes oficiais no noticiário, pois os agentes mobilizados para se manifestarem sobre a reforma normalmente eram representantes institucionais principalmente do Executivo, Parlamento, Judiciário ou de entidades de classe. A ênfase no oficialismo nas notícias foi notória no período analisado. (LIEDTKE, 2017, p. 5).

Além disso, o autor notou a tendência do *Jornal Nacional* a utilizar o mercado financeiro como termômetro para justificar a Reforma da Previdência Social ocorrida durante o governo Lula (2003). Isso se deu por meio da exibição de matérias sobre a reforma e, em seguida, de pautas sobre os indicadores do mercado financeiro. Segundo análise Liedtke (2017), “o argumento predominante no *Jornal Nacional* a favor da Reforma da Previdência foi a necessidade de promover o equilíbrio nas contas públicas”.

Já ao longo da Reforma da Previdência Social ocorrida durante o governo Temer (2017), mesmo com rejeição popular à reforma e ao presidente em questão, o *Jornal Nacional* também se posicionou em concordância com a proposta. O noticiário mobilizou 53 fontes favoráveis ao projeto e cinco contrárias, da mesma forma que ocorreu em 2003. Ainda segundo Liedtke:

Não houve transparência na elucidação das contas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ocultando as grandes empresas devedoras (inclusive as de mídia) e colocando o ônus do déficit nas formas de contribuição dos trabalhadores e supostos privilégios, especialmente do funcionalismo público (LIEDTKE, 2017, p. 11).

Nos dois momentos em que houve reforma da Previdência Social, foram observadas pelo autor estratégias e enquadramentos semelhantes, inclusive no que se refere à comparação dos modelos previdenciários brasileiros com os modelos estrangeiros para justificar a mudança. Atrelando o trabalho em tela à análise de Roque, é possível observar também um posicionamento semelhante à cobertura da Reforma Trabalhista no *Portal G1*, que, tal qual o *Jornal Nacional*, pertence ao *Grupo Globo*. Ou seja, a empresa não abordou com clareza as consequências de duas

modificações legais que afetaram o trabalhador, buscando influenciar a sua opinião com base em um discurso construído por fontes e argumentos que não conversam diretamente com ele, mas com o patronato.

O artigo “Jornalismo político ou esportivo? Mecanismos de cobertura da reforma da previdência em clima de placar eleitoral”, de Nathalia Khul (2019), se propôs a analisar as fontes utilizadas pela *Folha de S.Paulo Online* para tratar sobre a Reforma da Previdência Social de 2019. A autora partiu da hipótese de que as discussões sobre as mudanças de lei trazidas no projeto reformista ganharam um viés político-partidário.

Khul avaliou três matérias da *Folha de S.Paulo Online* publicadas no dia em que o presidente Jair Bolsonaro entregou a proposta da Reforma da Previdência. Com base nessa amostragem, a autora observou que só houve a presença de fontes oficiais, sem vestígio da participação da população ou de especialistas.

Segundo Khul, com base na amostragem escolhida, foi possível perceber a predominância de figuras políticas com interesses opostos, e a abordagem do veículo se deu justamente na apresentação dos interesses narrados em “clima de batalha” ou uma “competição entre lados”. Nesse sentido, a autora compara essa cobertura com aquela realizada no jornalismo esportivo, que, por muitas vezes, rivaliza os times e acompanha passo a passo o placar do jogo. No caso da cobertura da *Folha de S.Paulo Online* sobre a Reforma da Previdência, os “times” são os políticos favoráveis ao projeto reformista contra os contrários a ele, e o “placar” se dá em torno das pequenas vitórias obtidas ao longo da tramitação do projeto de lei no Congresso. Esse movimento, no entanto, faz o jornalismo se distanciar do debate social que deveria ser proposto nesse caso: “A partir da coleta dessas três matérias, foi verificado que há uma tendência nessa pequena amostragem de valorização político-partidária das fontes e não o papel de cidadania ou em prol da cidadania que esses representantes populares executam” (KHUL, 2019, p.12).

Com base no que foi encontrado nessas quatro pesquisas explicitadas ao longo desse tópico, é possível observar amplas discussões sobre o cumprimento do papel social do jornalismo no que se refere aos direitos do trabalhador. Tem-se como princípio do jornalismo o respeito ao interesse público, ou seja, faz parte do ofício jornalístico servir às necessidades da população. Dessa forma, na cobertura de ambas as reformas, era imprescindível trazer aos leitores, sobretudo ao trabalhador,

o acesso a informações e análises que pudessem auxiliá-los a compreender o que estava acontecendo e a tomar posição diante disso.

Considerações finais

O jornalismo é, para além de provedor de alguns dos sentidos que atuam na construção da nossa visão de mundo, um elemento que sustenta a democracia. Devido a esse papel, há obrigações que devem ser cumpridas pela prática jornalística, principalmente se considerarmos que a informação é um direito do cidadão. Segundo defende Paccola:

A Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 5º, no capítulo que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece no parágrafo XIV: “é assegurado a todos o acesso à informação (...)”. A atividade profissional do jornalista, portanto, está ligada ao cumprimento de um direito constitucional do cidadão (PACCOLA, 2004, p. 2).

Considerando a importância política, econômica e social da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência Social, era esperado que houvesse o exercício desse papel por parte dos veículos jornalísticos, principalmente naqueles que circulam com mais facilidade entre várias camadas populacionais. Isso se dá principalmente quando observamos os veículos do grupo Globo, visto que o Portal G1 é de livre acesso e o Jornal Nacional é exibido em horário nobre na TV aberta.

Esse alcance amplo de ambos os veículos carrega consigo a responsabilidade de veicular informações verídicas, conectando-as às necessidades do público, o que não foi observado por Liedtke, em sua análise sobre a cobertura do Jornal Nacional sobre a Reforma da Previdência Social em dois governos diferentes, e também por Roque, em sua análise sobre a Reforma Trabalhista. Esse cenário faz com que o público, por meio desse noticiário, não tenha dimensão de como essas reformas afetam seu direito à seguridade social.

Além disso, o grupo Globo desrespeita não só o direito de acesso à informação de parte da população, como também o seu direito à participação na construção do discurso noticioso, dado que o trabalhador, que é a parte mais afetada por ambas as reformas, é pouco ouvido por esses veículos. Cenário que também pode ser observado na cobertura da *Folha de S.Paulo*, segundo análise de Khul sobre a cobertura da Reforma da Previdência Social.

É fato que o jornalismo, ao contrário da crença popular, não é imparcial. Na escolha das fontes, na forma como narramos o fato e até mesmo nas fotografias, tudo tem intencionalidade. Esse posicionamento, por essência, deveria ser explicitado principalmente pelos editoriais e colunas, com a função de deixar claro a linha editorial de cada veículo. Isso, segundo Silva em sua análise sobre a cobertura da Reforma Trabalhista, foi feito pela *Folha de S. Paulo Online* de modo mais claro que no alternativo *The Intercept Brasil*. No entanto, este último ofereceu perspectiva mais crítica sobre as mudanças, de modo a privilegiar os direitos do trabalhador.

Contudo, ainda que exista essa intencionalidade e linha editorial, há princípios éticos que norteiam o jornalismo. Ao observar a cobertura midiática em torno da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência Social, vimos que a narrativa jornalística na maioria dos veículos citados não exerce seu papel. Por essa razão, parte da população não teve acesso a conteúdos que demonstrassem o caráter neoliberal das reformas Trabalhista e da Previdência Social e hoje, com ambas já vigentes, vemos o desmonte dos direitos trabalhistas e da seguridade social, bem como enfraquecimento das organizações sindicais.

Referências bibliográficas

BERTOLINO, Osvaldo. A crise do trabalho. **Princípios**, n. 46, agosto a outubro de 1997, p. 19-22.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, v.1, n. 63, p.81-94, out. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8130>. Acesso em: 25 abr. 2022.

COELHO, Weyder Gonçalves de Jesus. **Análise do empregado hipersuficiente à luz do ordenamento jurídico brasileiro**. 2021. 54 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3069/1/MONOGRAFIA_AnáliseEmpregadoHipersuficiente.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

CORREA, Laura Henrique; RIBEIRO, Weslley Carlos. Biopolítica, previdência e desigualdade: uma análise das propostas de alteração no sistema de seguridade social brasileiro. **Revista Áskesis**, [s. l.], v. 8, ed. 1, janeiro/junho 2019. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/338>. Acesso em: 5 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Sexta edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Quarta edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

JORGE, Reginaldo; PEDROSA, Jussara Melo. **Os reflexos prováveis da Reforma da Previdência Social e suas consequências para as futuras gerações**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Uberaba. Uberaba. 2020. Disponível em: <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/1286>. Acesso em: 11 abr. 2022.

KHUL, Nathalia. Jornalismo político ou esportivo?: mecanismos de cobertura da reforma da previdência em clima de placar eleitoral. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 21., 2019, Goiânia. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0697-1.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

LIEDTKE, Paulo. A reforma da Previdência em dois tempos: as estratégias político-midiáticas a partir de um estudo comparativo no Jornal Nacional em 2003 e 2017. In: 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba, **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1215-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza, LACAZ, Francisco Antonio de Castro; GOULART, Patrícia Martins. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade** [online], n. 130, pp. 467-486, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/c4fC4qXWqn8q9LZpW5XCqsx/?lang=pt#>>. Acesso em: 5 out. 2022.

ROCHA, Antônio Borges; SILVA, Gleison Teixeira da; SILVA, Lidiane dos Santos. Reflexos da Reforma Trabalhista: um estudo bibliográfico. **Transversal**. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/1nvx8c5>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos; RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. A Reforma da Previdência Social e os direitos de cidadania dos segurados. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 3, n. 60, p. 223 - 249, ago. 2020. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/4180>>. Acesso em: 5 out. 2022.

ROQUE, Adriana de Oliveira. **A Reforma Trabalhista de 2017: estudo da narrativa jornalística do Portal G1**. 2021. 224f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Luiza Fritzen. **Modernização ou retrocesso**: a reforma trabalhista no The Intercept Brasil e na Folha de S. Paulo online. Trabalho de conclusão de graduação (Graduação em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo) - Universidade

Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10183/177687>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO

LARA RAPHAEL DA COSTA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA
A COBERTURA DO JORNALISMO DA REVISTA VEJA SOBRE O
SINDICALISMO BRASILEIRO

CAMPINAS

2022

Lara Raphael da Costa

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA
A COBERTURA DO JORNALISMO DA REVISTA VEJA SOBRE O
SINDICALISMO BRASILEIRO

Relatório individual de pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO (TCC) da Faculdade de Jornalismo, da PUC-Campinas, como exigência final para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Profa. Dra. Juliana Doretto.

PUC- CAMPINAS

2022

INTRODUÇÃO

O movimento sindical brasileiro se fez presente em momentos históricos importantes do país, caracterizando-se como uma articulação que defende os interesses e direitos dos trabalhadores. E o jornalismo de revista sempre desempenhou um papel muito importante na cobertura das ações e transformações propostas pelas organizações sindicais.

Portanto, a proposta neste trabalho é analisar, em uma pesquisa de revisão bibliográfica, como o jornalismo de revista difundiu, por meio dos veículos de grande abrangência no cenário nacional, a luta sindical brasileira, desde a década de 80, que foi o período de fortalecimento dos sindicatos, até os dias atuais. Queremos entender ainda como, na visão dos autores dos trabalhos, esse tipo de cobertura reverberou na política, na sociedade e, conseqüentemente, nos direcionamentos do país.

O sindicalismo começou a ganhar forma na Europa, a partir da ascensão do capitalismo industrial, no século XVIII, que acentuou a precarização das formas de trabalho, obrigando os operários a se organizar, para reivindicar por melhores salários, mais relacionamento com os seus superiores e aprimoramento das condições de trabalho (CANDIDO, 2013, p. 130).

No Brasil, segundo Candido (2013), o surgimento do movimento sindical se deu no início do século XX, com o avanço da industrialização no país e a influência de imigrantes europeus envolvidos nessas ações em seus locais de origem. Através da organização dos trabalhadores em torno de objetivos comuns, e da pressão que realizaram sobre a administração pública, aprimoraram-se as políticas sociais, trabalhistas e legais, sobretudo durante o governo Vargas.

Para Azubel (2013), o jornalismo de revista é capaz de interpretar processos sociais, indo além de simplesmente reportá-los. Isso ocorre porque esse gênero jornalístico se aprofunda mais nas histórias que publica, contemplando diferentes aspectos da realidade e as ideologias que deles fazem parte. Isso possibilita a compreensão de lutas sociais, como o sindicalismo, e os agentes que nela atuam, ao longo do tempo. Um dos magazines mais importantes no Brasil é *Veja*, nascida em 68 e considerada a revista semanal mais relevante do país: “A *Veja*, da Editora Abril, teve seu primeiro número a 9 de setembro de 1968. Com uma tiragem em torno de um 1

milhão e 100 mil exemplares, é uma das revistas mais conhecidas no mercado editorial brasileiro” (NASCIMENTO, 2002).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar como o jornalismo da revista *Veja* abordou o sindicalismo no Brasil, desde a sua fundação, na década de 60 até os dias atuais, por meio de pesquisa bibliográfica. O propósito é compreender as características da cobertura da luta sindical no país num dos órgãos de imprensa mais importante do país. E, para realizar o estudo a que essa pesquisa se propõe, é necessário ainda compreender o que é sindicalismo e como ele se desenvolveu no Brasil, além de explorar os aspectos que caracterizam o jornalismo de revista no país, com foco em *Veja*.

Para realização deste trabalho, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 44), essa metodologia se desenvolve com base em textos já elaborados e publicados, estabelecendo uma conexão entre diferentes posições referentes a uma mesma problemática, pautando-se em fontes bibliográficas e unindo dois ou mais temas.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p. 45).

Ainda de acordo com o autor, o método da pesquisa bibliográfica apresenta diferentes etapas, que, inclusive, estão presentes no desenvolvimento deste projeto, como escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, levantamento bibliográfico, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto, análise e interpretação e redação.

Já para Stumpf (2011), a pesquisa bibliográfica é definida como o ponto de partida para qualquer investigação que seja desenvolvida, pois abrange um conjunto de processos que captam informações referentes ao tema estudado, que possibilitam a realização do trabalho acadêmico.

De acordo com os conceitos amplo e restrito de pesquisa bibliográfica, apresentados no início deste trabalho, adotaremos o sentido restrito, definindo-a como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário (STUMPF, 2011, p. 54).

Assim, para a produção do presente estudo, foram incluídos na pesquisa, livros, artigos científicos, teses e dissertações. E para a busca desses trabalhos que servirão como fontes de pesquisa foram empregadas as palavras-chaves: sindicalismo, sindicatos brasileiros, luta sindical, jornalismo impresso, jornalismo de revista e jornalismo sindical, na base de dados Google Acadêmico¹, em busca realizada no período de março a abril de 2022.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sindicalismo

O sindicalismo é um movimento social que viabiliza a associação de trabalhadores assalariados em organizações, visando à proteção de seus interesses comuns. Para Candido (2013, p.129), as organizações sindicais, surgidas dentro das fábricas, como forma de fortalecer os trabalhadores perante o patronato, conseguiram unificar os objetivos em comum dos operários, possibilitando que eles reivindicassem os seus direitos trabalhistas. Assim, segundo Guareschi (1986, p. 129 apud CANDIDO 2013, p. 129), o sindicato é definido como “uma organização livre e autônoma de pessoas com a finalidade de defender e promover os seus direitos”.

Candido (2013, p. 130) ainda ressalta que, para compreender o movimento sindical, é necessário entender a ascensão do modelo econômico capitalista, nos anos de 1760, que obrigou os cidadãos a deixarem as zonas rurais em que habitavam, em busca de oportunidades para vender a sua força de trabalho nas cidades, em troca de salários, nas fábricas e indústrias.

A partir da Revolução Industrial, no século XVIII, período em que houve severa intervenção das máquinas no sistema produtivo, o homem passou a ser substituído pelos aparatos a vapor e mecânico, que foram os primeiros inventos dessa nova era. Com as máquinas não interrompiam o processo de produção, e o trabalhador não conseguia produzir no mesmo padrão dos equipamentos — já que as necessidades fisiológicas se impunham como limites para o corpo humano, fazendo com que necessitassem de momentos de repouso e alimentação adequada —, as indústrias passaram a criar estratégias para exigir mais esforços dos operários, a fim de a

¹ Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar>>. Acesso em 10 jun. 22.

produção não cair. Logo, a jornada de trabalho excessiva e remunerações salariais desiguais, para uma mesma função, não igualitária entre homens, mulheres e até crianças que trabalhavam nesse sistema, passaram a ser um problema para os operários que manejavam os mecanismos. (CANDIDO, 2013, p. 130)

Os trabalhadores então começaram a se reunir, para definir as reivindicações comuns a todos e buscar que suas demandas fossem atendidas pelo patronato. Assim, surgiram as associações, chamadas pelo autor de *trade-unions*, que inicialmente apenas regulamentavam os salários, visando remunerações igualitárias a todos os operários, e depois se transformaram nos sindicatos, que organizavam a luta do proletariado pela valorização dos direitos dos trabalhadores e melhores condições de trabalho.

As *trade-unions* passaram a então fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários. Passaram também a regulamentar o salário em função do lucro, obtendo aumentos que acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-o a toda a categoria. As *trade-unions* negociavam com os capitalistas a criação de uma escala de salários, forçando sua aceitação, e deflagravam greve sempre que esses salários eram rejeitados (ANTUNES, 1985, p. 17 apud CANDIDO 2013, p. 131).

Ainda de acordo com Candido (2013, p. 131), o movimento sindical teve início no Brasil no século XX, com o avanço da industrialização no país, quando a força de trabalho se voltou para o emprego nas fábricas, e com a influência de imigrantes europeus envolvidos nessas ações em seus países de origem. Nesse contexto, as fábricas brasileiras empregavam mulheres e crianças, tinham extensas jornadas e remunerava de maneira desigual os funcionários, fomentando reclamações e fazendo com que surgissem as primeiras associações sindicais do país.

A intensificação das paralizações e reivindicações fortaleceu a organização dos trabalhadores em prol dos seus objetivos comuns, o que chamou a atenção do governo Vargas, que resolveu controlar os movimentos sindicais. Nesse momento, o Estado estabeleceu os direitos dos operários, com o intuito de regularizar esses direitos, se instituindo como interlocutor das classes assalariadas junto ao patronato e regulamentando as ações sindicais.

Nesse período governista, o Estado passou a regulamentar as ações trabalhistas. No entanto, neste mesmo governo, os sindicatos ou

associações começam a serem controlados, a fim de ser evitada qualquer manifestação que evidenciasse prejuízo aos capitalistas e ao Estado. Foram manifestações importantes para a classe operária brasileira que inicia todo o seu processo de lutas e vitórias sindicais e, a partir destes momentos, foram marcantes na história sindical do Brasil (CANDIDO, 2013, p. 133).

Para Lopes (2009, p. 32), apesar da instabilidade dos governos brasileiros ao longo do século XX, a estrutura sindical permaneceu como um dos principais pilares da vida política e social do país, sobrevivendo aos regimes autoritários e democráticos. Concretizou-se também o movimento de sindicalização entre os trabalhadores rurais, por meio da ampliação das leis em direção a esse setor.

Esses trabalhadores se encontravam preteridos das organizações sindicais nas décadas de 30 e 40, mas lutavam pela legalização da associação durante os anos 1950 e 1960. E, após a efetiva legalização, em 1963, o movimento sindical entre os trabalhadores rurais ganhou força, mesmo ocorrendo durante o período do regime militar, que teve início em 1964 e favorecia os proprietários de terra. Assim, foi necessário estabelecer um maior controle no cumprimento da legislação, para evitar que o sindicalismo estimulasse revoltas sociais.

Pochmann (2005, p. 164) também diz que o movimento sindical ganhou força no Brasil a partir do final da década de 1970, apesar da oscilação de regimes políticos no país, que aliás influenciaram diretamente na atuação do sindicalismo. Ou seja, em momentos de maior autoritarismo, as entidades passavam a atuar mais fortemente no cenário nacional. Nesse sentido, o movimento se tornou peça fundamental no processo de redemocratização do país, após o período autoritário do governo militar, que durou até 1985. Por conta disso, expandiram as suas atividades e constituíram significativas centrais sindicais no país.

Entretanto, o autor expõe que, com o desemprego alavancando o processo de precarização das condições e relações de trabalho, a partir de 1990, o sindicalismo laboral passou a enfrentar a sua mais grave crise.

A vigência das políticas neoliberais tem levado à fragilização sindical, identificada pela redução nas taxas de sindicalização e na quantidade de greves, acompanhada ainda de uma importante mudança nas políticas sindicais, cada vez mais direcionadas à defesa das conquistas trabalhistas e à participação em órgãos tripartites de gestão das políticas sociais (POCHMANN, 2005, p. 164).

Para Pochmann (2005, p. 172), com o avanço das políticas neoliberais, que geraram o desmonte de certas proteções legais e o consequente desgaste da capacidade laboral de negociar com o patronato, os sindicatos perderam força, tornando-se meras instituições de prestação de serviços, o que fez com que os trabalhadores passassem a buscar na Justiça do Trabalho algum direito não contemplado na quebra do contrato de trabalho.

Onde foram mais predominantes, as políticas neoliberais tornaram mais explícita a situação de fragilidade sindical, com a perda de associados, a redução da cobertura dos contratos coletivos de trabalho, o esvaziamento das greves e a elevação do desemprego diante do baixo crescimento econômico (POCHMANN, 2005, p. 172).

Uma característica destacada pelo autor para evidenciar essa movimentação da atuação sindical brasileira foi o aumento de conflitos trabalhistas individuais e coletivos, mediados pela Justiça do Trabalho na década de 90, o que já indicava uma alteração da posição dos sindicatos de trabalhadores e das entidades patronais, dando mais poder ao Judiciário nas relações de trabalho.

Segundo Galvão (2019, p. 254), nos anos 2000, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, por meio dos mandatos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a situação da economia e do mercado de trabalho no país era favorável para os sindicatos no Brasil.

Com a redução do desemprego, reajustes salariais e valorização do salário-mínimo, foi possível identificar uma recuperação na atividade sindical brasileira, nesse período. No entanto, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, que ocorreu em 2016, instaurou-se uma crise econômica e política no país, que fragilizou novamente os sindicatos brasileiros.

Em 2017, ainda de acordo com Galvão (2019, p. 261), devido à Reforma Trabalhista, proposta pelo então presidente Michel Temer, esse processo de enfraquecimento do movimento sindical se intensificou, pois, a medida impactou na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), por meio da desobrigação da contribuição sindical e da possibilidade de tratativas realizadas diretamente entre patrões e empregados, sem a intermediação das entidades trabalhistas.

Essa reestruturação política e econômica advinda da Reforma Trabalhista enfraqueceu a luta sindical e debilitou o poder dos sindicatos na regulação social do trabalho, área em que as organizações sindicais deveriam se fazer mais presentes.

Jornalismo de revista

A revista é definida por Nascimento (2002, p. 18) “como uma publicação periódica, de formato e temática variados, que se diferem do jornal pelo tratamento visual e textual”, pois utilizam papel e impressão com qualidades superiores, além de não precisarem se prender ao imediatismo dos periódicos diários, pelo fato de não circularem todos os dias.

Para Scalzo (2011, p. 14), o jornalismo de revista constrói uma relação de confiança e credibilidade com o leitor, se aproximando dele. Isso ocorre porque, segundo a autora, a divisão por temas e modelos de público, que é a essência da revista, pode conquistar um espaço na intimidade do leitor, o que permite conhecê-lo e falar com ele diretamente.

Ao mesmo tempo, seu formato permite realizar uma exposição mais profunda das informações, por meio de coberturas mais complexas, cobrindo os fatos noticiados de maneira mais analítica. A autora explica assim que as revistas nasceram com a finalidade de preencher uma lacuna existente entre os jornais e os livros, reunindo diversos assuntos e usando imagens para ilustrá-los.

Azubel (2013, p. 259) também ressalta que as revistas são capazes de aprofundar as pautas já veiculadas pela imprensa diária, explorando o tema de forma mais acentuada e específica. Além disso, diz ainda que o jornalismo de revista atua em concordância com o tempo em que é escrito, reportando os costumes, pensamentos e ideologias predominantes na sociedade naquele período, ou seja, ele destaca os hábitos que prevalecem na sociedade.

Revistas cobrem funções sociais que estão além e aquém do reportar. Podemos caracterizá-las por recrear, trazer análise, reflexão e experiência de leitura. Concomitantemente, são capazes de promover a miséria do pensamento, erigir mitos, sustentar estereótipos e fomentar ideologias. Assim, comportam, em relação de justaposição, tolerância e negociação, o conhecimento e a cegueira, a consciência e a incompreensão (AZUBEL, 2013, p. 259).

Schwaab (2009, p. 184) também diz que o jornalismo de revista se apresenta a um público determinado, debatendo uma temática mais profunda, que dialogue com esse público. Cumprindo funções mais complexas do que simplesmente transmitir informações, esse tipo de jornalismo impresso também busca entreter, além de propor reflexões para nichos segmentados.

De acordo com Scalzo (2011), no Brasil, as revistas chegaram no século XIX, através da corte portuguesa. E, apesar dos avanços tecnológicos que facilitaram a sua produção, o gênero se instituiu como um formato voltado apenas para a elite, pois eram escritas por intelectuais da época, como bacharéis de direito, cientistas, médicos e militares, que tinham determinado domínio dos campos do conhecimento humano e usavam isso para pautar as publicações, alcançando assim apenas aqueles que tinham interesses comuns a eles ou acesso a esses conhecimentos, naquele período.

Com as transformações científicas e tecnológicas, a partir do século XX, o modo de vida nas cidades se modificou, pois a urbanização se intensificou, com a migração de mão de obra do campo para as cidades, em busca de emprego. E as revistas acompanharam esse movimento, através da qualificação da imprensa. Isso porque, com o avanço das técnicas de impressão, o jornalismo de revista brasileiro encontrou um modo de atingir mais leitores e conseguir sustentabilidade financeira:

As revistas acompanham essa euforia – centenas de títulos são lançados – e, com as inovações na indústria gráfica, apresentam um nível de requinte visual antes inimaginável. Nesse momento, o Rio de Janeiro, capital da República, possuía o maior parque gráfico do país, onde vão proliferar publicações de todos os gêneros. A imprensa começa a se profissionalizar, acompanhando a evolução da nascente industrialização nacional. Para fundar e manter uma revista, passa a ser necessário unir, a um só tempo, técnica e capital (SCALZO, 2011, p. 29).

Segundo Villalta (2002, p. 5), já na década de 60, surge no Brasil um dos principais títulos do mercado de revistas: Veja, pertencente ao grupo da Editora Abril. O periódico idealizado pelo conglomerado midiático nasce em 1968, diante do desenvolvimento da indústria no país. Isso ocorre porque a editora Abril se consolidou como um composto gráfico inovador e poderoso, o que fez com que os idealizadores apostassem em uma nova publicação, “em um primeiro momento, a revista

automobilística Quatro Rodas e, mais tarde, uma revista chamada ‘Veja’, um semanário ilustrado” (VILLALTA, 2002, p. 5).

Ainda de acordo com a autora, o periódico enfrentou alguns problemas até conseguir se constituir na mídia brasileira, como a rejeição do público ao novo formato, em um primeiro momento, pois se tratava de uma proposta pautada em economia e política internacional, diferente dos padrões brasileiros, que seguiam os moldes das revistas semanais ilustradas. Além disso, o regime ditatorial que comandava o país na época do lançamento da revista censurou a imprensa, retirando a liberdade de expressão dos veículos midiáticos, incluindo Veja.

Ao longo do tempo, a publicação da editora Abril foi se aperfeiçoando e ganhando força no mercado, garantindo espaço permanente na mídia impressa brasileira. Por exemplo, as vendas do periódico melhoraram quando os exemplares passaram a ser comercializados através de assinaturas mensais.

Segundo Nascimento (2002, p. 22), a revista Veja é uma das publicações mais importantes no cenário nacional, tendo atingido, nos anos de 1990, uma tiragem de aproximadamente 1 milhão e 100 mil exemplares. Nessa época, o periódico chegou a representar 79% do segmento de revistas semanais de informação, em relação à circulação de exemplares. Mas suas vendas têm caído nos últimos anos, de acordo com um balanço divulgado pelo Conjur², a revista Veja terminou o ano de 2021 com uma tiragem de pouco mais 92 mil exemplares, em média, da versão impressa.

Em relação ao seu posicionamento, Daflon (2012, p. 69) mostra como a revista é conservadora, ao estudar como Veja busca cobrir os movimentos sociais, examinando suas estratégias editoriais. No material analisado pela autora, publicado no período de janeiro de 2001 a junho de 2009, identificou-se o uso de ironia e sarcasmo nos textos como forma de a revista se posicionar, desvalorizando o que não corresponde à sua linha editorial. E essa estratégia varia de acordo com os partidos que assumem a presidência da República, e os projetos dominantes desses governos. A exemplo disso está o período do governo Lula, que aconteceu de 2002 a 2012 e era considerado uma gestão progressista. Com um viés liberal, contrário aos valores de esquerda, a revista usou esses recursos para se posicionar contra o governo de então.

² Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-mar-21/revistas-impresas-digitais-queda-circulacao-2021>>. Acesso em 11 out. 22.

O sindicalismo brasileiro no jornalismo de Veja

Para falar da cobertura de *Veja* sobre o sindicalismo brasileiro ao longo do tempo, começaremos pelo trabalho de Peroni (2015). Neste artigo, o autor examina o periódico numa grande recuperação histórica, no período de 1968 a 2013, e justifica a escolha da revista por sua representatividade e permanência no cenário da mídia brasileira. O objetivo foi mapear os sentidos do sindicalismo reproduzidos e partilhados pela revista.

O período escolhido como objeto de análise abrange importantes momentos históricos do país, que exerceram forte influência sobre o movimento sindicalista, como a Ditadura Militar, a 4ª República (a redemocratização, nos anos 80), o início da globalização e do neoliberalismo, na década de 90, e a Era Lula, no início dos anos 2000.

Por meio da análise de conteúdo, método escolhido pelo autor para a realização da pesquisa, chegou-se ao número de 161 edições da revista *Veja* e 331 artigos, que foram analisados e classificados. De acordo com Peroni (2015, p. 158), foi possível identificar que em um primeiro momento, nos anos de 1968 a 1975, a revista *Veja* utilizava muitos materiais vindos de agências internacionais, para a cobertura de notícias do exterior. Além disso, o fato de a revista se desenvolver junto ao regime militar colaborou para que a linha editorial da edição assumisse um papel mais conservador, o que fez com que os movimentos sindicais fossem cobertos de maneira negativa pelas edições do periódico. E isso incluiu o tratamento dado pelo assunto no noticiário internacional, a partir da seleção do material enviado pelas agências.

Mira (1997) sugere que a linha editorial da *Veja* assumiu uma postura mais conservadora e de apoio às políticas do governo ditatorial. Desta forma, os dados do período da Ditadura Militar indicaram que a *Veja* debateu em diversas matérias sobre o sindicalismo de outros países, alguns que se encontravam em situação similar à do Brasil, ou seja, que estavam sob o regime ditatorial e cujos movimentos sindicais sofriam repressão. (PERONI, 2015, p. 158).

Na análise proposta por Peroni (2015, p. 162), nota-se ainda que o periódico mudou em parte seu posicionamento com a grande greve de 1979, criticando a represália sofrida pelas instituições sindicais. O intuito, segundo o trabalho, foi

fortalecer o sindicalismo, para angariar o apoio dessas instituições e do público ligado a elas, aumentando a circulação da revista. Entretanto, o movimento sindical também recebeu críticas do periódico, devido os prejuízos ocasionados pelas greves subsequentes, realizadas pelos sindicatos. Portanto, o autor constatou que a Revista Veja apresentou um discurso ambíguo sobre o movimento sindical, durante a Ditadura Militar.

Os dados demonstraram certa contraposição e crítica da Revista Veja ao governo ditatorial, como nos excertos que demonstraram certo desejo e apoio pela abertura política, insinuaram a importância da luta sindical para a abertura política, apoiaram a liberdade sindical e apresentaram críticas à repressão sofrida pelos sindicatos [...] Todavia, o sindicalismo também foi criticado pela Revista Veja devido a alguns prejuízos que as greves ocasionaram às indústrias e à economia, assim como foi demonstrada certa preocupação e desafeto com as badernas e depredações que os movimentos grevistas ocasionaram e com o anseio demasiado dos trabalhadores por aumentos salariais (PERONI, 2015, p. 162).

Já no período da 4ª República, segundo o autor, com a instituição da Constituição Federal de 1988, o movimento sindicalista aparece na revista Veja de maneira predominantemente positiva. O periódico passa a exaltar as conquistas do novo sindicalismo, como a legalidade das greves e a instituição dos sindicatos como mediadores responsáveis pelas negociações de melhores condições de trabalho e salários, porém a imagem dos sindicalistas ainda era associada a baderneiras e atividades criminosas, por conta de o movimento sindical ser responsável pela invasão de prédios, por exemplo.

Em seguida, na década de 90, em um contexto de instabilidade, com o avanço das políticas neoliberais e o início da globalização, as publicações da revista Veja indicaram uma crise no sindicalismo. Esse enfraquecimento ocorreu pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, com a precarização das condições laborais e com a união de diferentes sindicatos, numa medida para tentar sobreviver a essa crise, mas que acabou enfraquecendo as pequenas entidades.

Ainda segundo Peroni (2015, p. 170), no início da Era Lula, em 2003, quando o ex-sindicalista tomou posse da Presidência do Brasil, o que prevaleceu na revista Veja foram relatos sobre como o movimento sindical adotou uma postura política negociadora, realizando reivindicações dentro da legalidade. E, por fim, a principal pauta da revista, nesse período, foi o escândalo do mensalão, um esquema de

corrupção associado ao então presidente Lula, que, mesmo não estando mais na direção de uma organização sindical, era mencionado pela revista, em diversas ocasiões, como ex-sindicalista, ou alguma nomenclatura similar.

Assim, os dados indicaram diversas nuances dos valores, normas e sentidos do sindicalismo, como por exemplo, os sentidos de renovação e vigor do sindicalismo no período da ditadura militar e, em contrapartida, a noção de crise do sindicalismo e envolvimento dos sindicalistas com atos de corrupção no período da Era Lula e atualidade. Desta forma, a análise do processo de ancoragem auxiliou na compreensão dos múltiplos sentidos atribuídos ao sindicalismo de acordo com o contexto histórico e social brasileiro (PERONI, 2015, p. 170).

Já Schuster (2020) propõe estudar como a Revista *Veja* tratou os temas sindicais no período de julho de 2006 a julho 2014, por meio da metodologia de análise do discurso. A autora ressalta, ainda, que a escolha do veículo se deu por ele ser, na época, o maior semanário do país, em número de edições vendidas, e principalmente por sua importância editorial, já que o periódico tem sido parte fundamental do processo de informação dos brasileiros. Já o recorte temporal se deu pela importante reformulação ocorrida no movimento sindical, após a eleição de um líder sindicalista para a presidência da República.

A autora identificou, após a análise de 52 reportagens, que a cobertura, mesmo se dividindo em textos opinativos e informativos, segue sempre a mesma linha discursiva: “incriminam todo e qualquer ato ou personagem que estabeleça vínculo com a causa” (SCHUSTER, 2020, p. 23). Ou seja, a revista adota uma postura hostil em relação aos sindicatos.

Nossa análise demonstra o quão estigmatizado é o movimento sindical nas páginas da revista *Veja*. Uma gama de sentidos podem se condensar no gesto de noticiar questões sindicais, mas a publicação reforça uma interpretação inequívoca (quase isso) acerca de sindicatos/sindicalistas (SCHUSTER, 2020, p. 26).

Portanto, a autora constata que, na construção discursiva que a Revista *Veja* propõe sobre a realidade das organizações sindicais, é possível observar que não há neutralidade, pois a maioria dos sentidos que foram observados na análise de discurso, aplicada pela autora, sobre os textos examinados, evidenciam que a notícia

é construída com a intenção de que o leitor concorde passivamente com o viés ideológico proposto pelo periódico.

Já Oliveira (2015) propõe investigar, também através da análise de discurso, capas da revista *Veja* que tenham como temática os movimentos sociais. Ao todo foram analisadas pelo autor dezoito capas com esta temática, publicadas entre os anos de 1968 e 2012, sendo quatro delas sobre o sindicalismo. O trabalho afirma que a análise revelou que a revista *Veja* é uma publicação enviesada, e que suas capas estão diretamente ligadas ao contexto histórico e social. No cenário apresentado, a revista seguiu uma linha contrária ao movimento sindical, fazendo uso de títulos tendenciosos, manipulação de imagens e chamadas sensacionalistas para deslegitimar a luta sindical.

Nas capas do movimento sindical, *Veja* se posiciona contra as greves e destaca a livre negociação entre patrões e trabalhadores, sem intervenção dos sindicatos. Numa das capas, a revista sentencia: Como a greve geral fracassou, destacando palavras do presidente José Sarney, do PMDB, (1985/1990), para quem não houvera greve geral, mas apenas um movimento fracassado. Ao retratar líderes sindicalistas na capa, a revista os expôs como derrotados, por exemplo: a destituição de Luiz Inácio da Silva, o Lula, da presidência do Sindicato de São Bernardo do Campo. Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) é retratado numa posição que o deixa extenuado, tentando convencer operários da importância de uma greve. Ao lado, o título: “Como a greve geral fracassou” (OLIVEIRA, 2015, p. 131).

De acordo com o autor, mesmo em um momento em que o movimento sindicalista tomava força, e buscava por melhores condições de trabalho, por meio da greves, as capas da revista *Veja* apresentava as movimentações como um fracasso, pois não agradavam ao governo federal e aos empresários, que não admitiam as reivindicações. Por tanto, a mobilização dos sindicatos era difundida para o público como uma estratégia inútil dos trabalhadores, materializando uma linha editorial que desqualifica as instituições sindicais.

Assim, vimos que a cobertura sindical de *Veja* se altera de acordo com os interesses da revista em relação ao posicionamento dos governos da época sobre essas instituições. Se a revista faz frente ao governo que combate o sindicalismo, ela tende a apoiar esse movimento e vice-versa, mostrando que na da linha editorial da revista não há um posicionamento claro em relação a esse movimento social, mas sim

uma forma de encará-lo como um instrumento para conseguir reforçar ou não o seu apoio ao governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar como o jornalismo de revista atuou na cobertura do movimento sindical brasileiro. Para isso, na primeira parte da pesquisa, foi realizado um amplo debate sobre o tema sindicalismo. Por meio dessa investigação, foi possível compreender que o movimento sindical brasileiro, que teve início do século XX, passou por intensas transformações.

O sindicalismo, que se iniciou no chão das fábricas, por meio da união dos trabalhadores na luta pelos seus direitos e condições de trabalho mais dignas, se consolidou e ganhou força com o passar dos anos, mesmo enfrentando diversas crises e repressões, principalmente durante o regime militar. Porém, as recentes reformas, como a trabalhista e a da Previdência, contribuíram para o enfraquecimento das organizações sindicais, debilitando o poder dos sindicatos na regulação social do trabalho, área em que o movimento sindical é mais necessário. Portanto, foi possível observar, através dessa discussão, que o sindicalismo enfrenta certa resistência das elites.

Em seguida, buscando compreender melhor o tema central, analisamos o jornalismo de revista, dando ênfase a Veja, por sua notoriedade e influência no campo de conhecimento examinado. Assim, identificamos que a atividade jornalística empregada nos magazines é capaz de interpretar processos sociais, indo além de simplesmente reportá-los, e isso ocorre porque esse gênero se aprofunda mais nas histórias que publica, contemplando diferentes aspectos da realidade e as ideologias que deles fazem parte. Portanto, podemos dizer que o jornalismo de revista tem o papel de possibilitar a compreensão do público de lutas sociais, como o sindicalismo, e os agentes que nela atuam.

Entretanto, nesta pesquisa, por meio de uma revisão bibliográfica, ficou claro que a revista Veja ao longo dos anos seguiu uma linha editorial enviesada, de acordo com a ideologia do governo que estava à frente do país. Assim como o sindicalismo sobrevive de forma frágil, e a revista que nos ajuda a entender essa complexidade, no caso da cobertura de Veja, é possível perceber que talvez a imprensa seja também

um dos fatores que ajudam a fragilizar o sindicalismo. Pois, como se trata de um movimento social muito forte, se torna também um instrumento da revista para criticar ou apoiar os governos em questão, de modo a defender os interesses da imprensa publicadora do veículo.

Por fim, vale ressaltar que, na produção deste trabalho, gostaríamos de ter analisado a cobertura do tema em mais revistas brasileiras, porém não foram encontrados os materiais necessários para esse estudo. Assim, notamos que cobertura das revistas brasileiras sobre o sindicalismo é uma área que pode ser mais bem explorada na pesquisa acadêmica brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZUBEL, Larissa Laura Reinhardt. Jornalismo de revista: um olhar complexo. **RuMoRes**, v. 7, n. 13, p. 257-274, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/58942>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CANDIDO, Mário Alex Duarte. As condições históricas e o surgimento do movimento sindical. **UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.**, Londrina, v. 14, n. 2, pág. 129-135, 2013.

DAFLON, Veronica Toste. Ação afirmativa na revista *Veja*: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 66-91, 2012.

GALVÃO, Andréia et al. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH [online]**, Salvador, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GRUSZYNSKI, Ana. Projeto gráfico: a forma de um conceito editorial. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

LOPES, Sergio Leite. História e transformações do Sindicalismo Brasileiro. **Theomai**. Buenos Aires, n. 19, p. 31-46, 1º sem. 2009.

NASCIMENTO, Patricia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil**: um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

OLIVEIRA, Airton Donizete. **Os movimento sociais na capa da revista veja**: uma análise discursiva. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

PERONI, Guilherme Gustavo Holz; MARTINS-SILVA, Priscila de Oliveira; SILVA JÚNIOR, Annor da. Representações sociais do sindicalismo na revista Veja durante a redemocratização. **Rev. ADM. MADE**, Rio de Janeiro.

PERONI, Guilherme Gustavo Holz. **Os sentidos do sindicalismo na revista veja: um estudo em representações sociais**. 2015. 197 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2015.

POCHMANN, Marcio et al. **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHUSTER, Patricia Regina. O lugar de fala do jornalismo: temas sindicais em Veja e Revista do Brasil. **Rev. Conex. Comum e Cul.**, v. 15, n. 30, 2016.

SCHUSTER, Patricia Regina. Temas sindicais no jornalismo de Veja: entre ditos e silenciados. **Rev. C&S**, v. 42, n. 3, 2020.

SCHWAAB, Reges Toni; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.180-193, dez. 2009.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TAVARES, Frederico Mello Brandão. Sobre Jornalismo de Revista e o seu infinito singular. In: **Revista Contracampo**, Niterói, n. 25, p.97-116, dez. 2012.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais eletrônicos**. Natal: Intercom, 2002.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

YASMIN PAIXÃO

**PROJETO INDIVIDUAL DE PESQUISA
COBERTURA JORNALÍSTICA DAS GREVES DE 1917 E 2017**

**PUC - CAMPINAS
2022**

Yasmin Paixão de Araujo

COBERTURA JORNALÍSTICA DAS GREVES DE 1917 E 2017

Projeto de Produção Jornalística apresentado à disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA AO PROJETO EXPERIMENTAL da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Prof. Me. Marcel Cheida.

**CAMPINAS
2022**

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 6 |
| 2.1 O que foi a greve geral de 1917 e 2017? | 6 |
| 2.2 Cobertura jornalística da greve de 1917 | 10 |
| 2.3 Cobertura jornalística da greve de 2017 | 14 |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 16 |
| 4. BIBLIOGRAFIA | 18 |

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Dicionário Online de Português¹, a palavra greve significa: “Interrupção passageira do trabalho, de atividades pagas, em quaisquer circunstâncias para protestar contra ameaças ou situações desvantajosas no trabalho”. Nos últimos cem anos, duas greves marcaram a história do Brasil e as lutas dos trabalhadores: a greve geral de 1917 e a de 2017.

A greve de 1917 é considerada o maior movimento grevista até aquele momento no Brasil. Ele articulou os trabalhadores de centros urbanos, e surgiu por conta das crises de produção geradas pela Primeira Guerra Mundial e a brusca queda dos salários dos trabalhadores da época (KORNIS; SANTANA, 2010, n.p). Cem anos depois, em 2017, é repetido um cenário parecido. Em abril daquele ano, parte da população brasileira saiu às ruas em protestos, dando início a uma greve geral. Os manifestantes estavam insatisfeitos com a reforma da previdência e, sobretudo, com os impactos que seriam causados pela reforma trabalhista, que acabou sendo sancionada pelo ex-presidente Michel Temer (PMDB), em julho do ano de 2017 (JÚNIOR et al., 2019, p. 496).

Ambas as greves tiveram grande repercussão na imprensa, devido à proporção dos movimentos. Com isso, neste relatório, traçamos um paralelo entre as coberturas jornalísticas das duas maiores greves sindicais ocorridas no país em que é apresentada a análise das reportagens da época e questiona se a abordagem dos relatos, dos meios de comunicação, tendia a privilegiar o patronato ou os trabalhadores, de acordo com a forma como os movimentos foram divulgados pelos veículos jornalísticos, por meio de um trabalho de revisão bibliográfica.

Para isso, verificamos o posicionamento dos veículos de comunicação escolhidos da época, sendo eles A Plebe e o jornal A União. A Plebe foi escolhida por ser um dos periódicos anarquistas mais influentes de 1917, e o jornal A União, por se tratar de um veículo carioca tendo uma vertente totalmente católica que se opunha em algumas questões que eram defendidas pela A Plebe, mas tinha seu editorial bem-posicionado quanto a greve e aos operários. Já quando falamos da greve de 2017 apresentamos a maneira em que ela foi veiculada pelos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, escolhidos devido aos seus posicionamentos marcantes no período das greves.

¹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/greve/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

Temos por fundamento a visão do autor Lage (2017), de que a reportagem coloca em primeiro plano a questão de novos problemas, discernir o que é interesse individual do que é interesse privado, do que se deve ser público, e o que se deve ser de interesse coletivo. A final, a reportagem para o autor relata tudo aquilo que o Estado mantém em sigilo e que se deve tornar público e impõe limites éticos mediante o comércio e os custos de expansão do capitalismo (LAGE, 2017, p. 6).

Na construção do relatório foi utilizado o método de pesquisas bibliográficas para traçar um meio de chegarmos em nosso objetivo final. Definimos isso como uma metodologia da pesquisa que fica responsável de englobar os métodos, descritos como os caminhos, até chegar à resposta da pergunta estabelecida pelo projeto em si. “Está, portanto, associada a caminhos, formas, maneiras e procedimentos para atingir determinado fim” (MORESI, 2003, p. 10). Por isso, o relatório é pautado em informações disponibilizadas por pesquisadores que escreveram sobre o assunto, para que a ideia seja bem desenvolvida, baseada em informações concretas, sendo então produzido com bases em pesquisas acadêmicas, publicações de revistas, sites de informação sobre as greves, sendo todos eles retirados da plataforma de pesquisa do Google e do Google Acadêmico.

As obras selecionadas para serem base nesse relatório são: *Jornalismo Confessional carioca: a greve de 1917 e a cobertura de O Jornal Batista e A União*, publicado pela revista *Aedos*, escrita por Pedro Henrique Guimaraes Teixeira Alves (2018), que possibilita o melhor entendimento dos fatos ocorridos no ano de 1917. Logo após iremos abordar os verbetes: *Greve*, de Luigi Biondi (2015), Mônica Kornis e Marcos Santana (2010), ambos trazem informações complementares sobre a greve geral de 1917. O artigo de Edilene Toledo (2010), *Um Ano Extraordinário: Greves, Revoltas e Circulação de Ideias no Brasil em 1917*, para compreendermos a greve geral de 1917 e seus principais acontecimentos.

Logo após, quando entramos no assunto da greve de 2017, a publicação da Revista *Estudos e Comunicação*, dos autores Rakel de Castro, José Shirley e Francisca Izabel (2017): *Reforma da Previdência e Trabalhista no Brasil: A Democracia Midiatizada no Pós-Impeachment de 2016*, serve como base para trazer contexto sobre o que ocorreu em 2017 para entendermos o desenrolar da greve da greve geral. E como complemento das informações, a publicação na revista *CESOP*, intitulada como *A Cobertura Jornalística das Greves Gerais de 2017*, dos autores, João Feres Júnior, Marcia Rangel Candido, Patrícia Bandeira de Melo e Lidiane Rezende Vieira (2019). Para trazer mais informações sobre contextos históricos que motivaram a greve, foi usado como referência o canal no Youtube *Na Cola da Prova: Indústria no Brasil e Greve Geral de 2017* e a notícia divulgada pelo veículo

de comunicação Brasil De Fato: Maior greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros.

Por fim, no tópico de desenvolvimento da análise do posicionamento da mídia nas coberturas das greves de 1917 foi utilizado a publicação de João Gabriel da Fonseca Mateus (2014), *Arte e Anarquismo no Periódico A Plebe (1917)*, da Revista de História da UEG, que informa como foi veiculada a greve geral de 1917, em um dos veículos de comunicação que surgiu, em motivação devido ao movimento grevista da época. A segunda publicação usada foi a dos autores Lidiane Maria de Macedo Machado e Fernando Figueiredo Strongen (2016), *O Agendamento da Greve nas Páginas de A Plebe*, da Revista Comunicação Midiática, sendo um dos principais textos usados para trazer informações sobre como era veiculada a greve geral de 1917 no periódico A Plebe.

Foi usado o texto para análise novamente a publicação, *Jornalismo Confessional Carioca: A Greve de 1917 e a Cobertura de O Jornal Batista e A União*, publicado pela revista Aedos, escrita por Pedro Henrique Guimaraes Teixeira Alves (2018), pois continha todas as informações necessárias para o entender qual foi o posicionamento do jornal A União, um dos jornais confessionais da época.

Novamente a publicação da Revista Estudos e Comunicação, dos autores Rakel de Castro, José Shirley e Francisca Izabel (2017): *Reforma da Previdência e Trabalhista no Brasil: A Democracia Midiatizada no Pós-Impeachment de 2016*, é usada como base de análise das coberturas jornalísticas do jornal O Globo e O Estado de S. Paulo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O que foi a greve geral de 1917 e 2017?

Duas grandes greves, separadas em cem anos, marcaram o contexto histórico brasileiro nos anos de 1917 e 2017. A primeira foi caracterizada como um movimento urbano de paralisações trabalhistas, que foram iniciadas por empregados das fábricas do setor têxtil da cidade de São Paulo. No início do ano de 1917, o mundo presenciou a Primeira Guerra Mundial, que produziu impactos negativos na economia e na estrutura social em países europeus. Em decorrência disso, o Brasil acabou também sendo afetado pela instabilidade da economia, ocasionando um período de inflação e escassez de alimentos, mas também foi palco de mais de um milhão e meio de imigrantes europeus, especificamente no estado de São Paulo (ALVES, 2018, p. 125).

Para abastecer o mercado interno, o setor industrial no Brasil começou a crescer cada vez mais. Nesse meio, os setores que mais se desenvolveram foram dedicados a alimentos, tecidos e produtos fundidos. Além de suprir a necessidade dos produtos no Brasil, outra parte era destinada para o esforço de guerra, sendo exportada para os Estados Unidos e Europa. Com a necessidade de pessoas para o trabalho nas grandes indústrias, imigrantes que trabalhavam nas lavouras de café se deslocaram para as cidades grandes, o que contribuiu para a formação de um movimento operário². Levando em consideração também o fato dos imigrantes que chegaram ao Brasil, traziam consigo ideologias políticas e sociais, baseadas no comunismo, socialismo e anarquismo, formadas em seus países de origem, posições essas que influenciavam no desenvolvimento de partidos e sindicatos operários em prol dos trabalhadores (ALVES, 2018, p. 125).

No entanto, eram precárias as situações trabalhistas dos operários, levando em consideração as extensas jornadas de trabalho com mais de 16 horas por dia e trabalhos pesados que eram, inclusive, realizados por mulheres e crianças (BIONDI, 2015, n.p).

Devido a esses problemas, os operários estavam insatisfeitos, por isso, durante esse cenário, em junho de 1917, os trabalhadores da fábrica do setor têxtil Cotonificio Crespi, uma grande empresa de fiação e tecelagem de algodão na cidade de São Paulo, movidos pelo seu descontentamento após a empresa tomar a decisão de prolongar a jornada de trabalho noturno, passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, aumento salarial dos trabalhadores e regulamentação do trabalho da mulher.

Já quase no fim do mês, em 26 de junho, uma nova greve se deflagrou, com exigências semelhantes, em outra empresa têxtil de São Paulo, a Estamparia Ipiranga. No mês seguinte, os empregados da fábrica de bebidas Antártica paralisaram as atividades, também em busca do aumento salarial e da jornada de trabalho com carga horária fixa de nove horas de trabalho. As greves foram se difundindo, até constituir a primeira greve geral do país. Portanto, a greve geral foi um resultado da revolta da classe operária, que originou diversas greves, manifestações e movimentos, na região Sudeste do Brasil, e o movimento gerou ainda intensa repressão policial (KORNIS, 2010, n.p).

O ponto mais crítico da revolta aconteceu no dia 11 de julho, quando mais de 10 mil pessoas acompanharam o enterro do jovem sapateiro e militante anarquista espanhol, de 21 anos, Martinez. Ele fazia parte dos grupos de grevistas e protestantes Jovens Incansáveis (TOLEDO, 2017, p. 503). O jovem acabou sendo morto nos embates de rua devido ao ferimento causado por uma bala disparada por policiais em um confronto com os

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7tmmuUBrViY>. Acesso em: 18 jul. 2022.

trabalhadores (ALVES, 2018, p. 127). O cortejo foi interrompido diversas vezes por comícios realizados pelos grevistas (TOLEDO, 2017, p. 503). Pouco após a morte do jovem sapateiro, outro acontecimento gerou revolta na classe trabalhadora, que foi o ataque da Cavalaria da Força Pública na ladeira do Carmo, ocasionando a morte do pedreiro Nicola Salerno e de Edoarda Bindo, filha do operário Primo, que ocorreu na tarde do dia 13 de julho (BIONDI, 2015, n.p).

Em 13 de julho, os grevistas já eram 25 mil, envolvendo cerca de 90 estabelecimentos fabris. Após isso, o número de grevistas só aumentou, chegando a cerca de 44 mil no início de julho, em 16 de julho, quando houve a apresentação do Comitê de Defesa Proletária, formado por anarquistas e trabalhadores em greve, como tecelões, marceneiros, sapateiros, costureiras, entre outras categorias, para coordenar o movimento (BIONDI, 2015, n.p.).

O secretário da Justiça do estado de São Paulo da época, Eloy Chaves, teve papel fundamental para o fim da greve geral. No início das paralisações, deu ordem à Força Pública para reprimir os anarquistas. Mas depois das grandes revoltas, causadas pelo ato de repressão, Chaves propôs reunir os empresários mais importantes da cidade. Diretores de grandes jornais foram então mediadores da negociação entre o patronato e o Comitê. E, os empresários assinaram um acordo que concedia aos trabalhadores o aumento de 20% nos salários, a libertação dos operários presos devido à greve e a manutenção dos empregos de todos os grevistas que estavam envolvidos no movimento. A greve então finalmente se deu por finalizada (TOLEDO, 2017, p. 503).

Após o período de cem anos, a próxima greve a surgir foi a de 2017, depois o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, resultado das forças favoráveis à remoção da ex-presidente do seu cargo, no ano de 2016. Após a liberação da abertura do processo de impeachment pelos deputados, tendo um total de 367 votos a favor e após as investigações sobre a Lava Jato, corrupção envolvendo movimentos como o MBL e investigações contra o ex-presidente Lula, ligado de forma direta com a ex-presidente Dilma pela sucessão na presidência da república (CASTRO; NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p. 277).

O Senado dá continuidade nas investigações e no dia 31 de agosto de 2016, a presidente cai. Logo, seu vice, Michel Temer (PMDB), assume o cargo máximo no executivo, sendo então colocado como presidente da república, trazendo a promessa de “medidas impopulares”, segundo ele (em suas próprias palavras: sabemos que o Estado não pode tudo fazer) (CASTRO; NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p. 277).

Michel Temer não hesitou em colocar como principais itens na sua agenda parlamentar duas novas propostas que afetariam diretamente o trabalhador brasileiro, sendo elas as

reformas trabalhista e previdenciária. Além disso, manteve em sua agenda iniciativas de princípios neoliberais e a privatização de empresas estatais (JÚNIOR et al., 2019, p. 496).

Em seu discurso, Temer trazia as reformas trabalhistas e da previdência como uma solução para a crise econômica que o Brasil enfrentava e o crescente número de desempregados que só aumentava no país. Mas após a denúncia formal feita pela Procuradoria Geral República contra Michel Temer, as reformas deixam o princípio de salvar o país de uma crise econômica, para servir como meio de sobrevivência para seu governo, sendo considerado como o primeiro Presidente em exercício que virou réu comum, entrando para história com tal feito, sendo incriminado por corrupção passiva, a partir das investigações e delações dos executivos da empresa JBS. Na época, o respectivo presidente da empresa, Joesley Batista, gravou Michel Temer em uma negociação de 500 mil em propina. (CASTRO; NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p. 278).

A revolta dos brasileiros partiu, justamente, das medidas impopulares que Temer buscava implementar. A tais reformas acabaram causando um enorme debate público na época. Pois, quando um governante menciona levantar medidas impopulares, ele está se referindo sobre deteriorar e degradar os serviços públicos, como as escolas públicas, universidades, saúde pública, o apoio voltado para os pequenos produtores rurais. Ou seja, algo que mexe diretamente com a classe populista, que depende dos projetos públicos (CASTRO; NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p. 278).

Podemos definir que a questão mais revoltante dos brasileiros era o pensamento de que: como que a estabilidade financeira do país e dos trabalhadores em geral pode ser assegurada com o enfraquecimento da seguridade do trabalho e dos direitos trabalhistas? Esse pensamento foi fruto da discussão sobre as negociações, em que as convenções e os acordos coletivos podem se sobressair e prevalecer diante da legislação. (CASTRO; NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p. 279).

“A popularidade do atual Presidente da República, Michel Temer, caiu 75% e apenas 4% consideram o governo como bom ou ótimo. O projeto apareceu em um momento turbulento no cenário político e econômico, o Brasil vem atravessando o ano de 2017 em um mar de denúncias de corrupção envolvendo políticos e grandes empresas, como JBS, Odebrecht, OAS e Petrobrás. Diante das denúncias na Lava Jato e na abertura do processo contra Temer já arquivado pelo Senado no último dia, a Reforma Trabalhista é uma vitória significativa para o governo que procura sobreviver a qualquer custo” (CASTRO; NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p. 280).

A insatisfação tanto da classe trabalhadora, dos sindicatos e movimentos sociais era geral, e em resposta a tais reformas de Temer, organizaram duas greves gerais no ano de 2017, em específico no dia 28 de abril e em 30 de junho (JÚNIOR et al., 2019, p. 497). A primeira greve em 28 de abril, registrou cerca de 40 milhões de trabalhadores que saíram às ruas, e

paralisam ônibus, vias e ruas em meio às manifestações, e foi considerada como a maior greve da história brasileira, movida pelo sentimento de revolta contra as reformas. ³Logo os centros sindicais se posicionaram para manter a greve de para o dia 30 de junho, em busca completa dos direitos de aposentadoria (JÚNIOR et al., 2019, p. 497).

2.2 Cobertura jornalística da greve de 1917

A imprensa no ano de 1917, teve papel chave no desenrolar de tudo que estava ocorrendo entre o patronato e trabalhadores. Neste tópico, será apresentada a cobertura de três jornais, sendo eles A Plebe, em que se constitui como um jornal operário, e o jornal confessional carioca, A União.

A princípio, devemos lembrar que o movimento Anarquista no estado de São Paulo havia ganhado força, devido ao elevado número de imigrações europeias. Os europeus vieram ao Brasil ainda carregando princípios socialistas e anarquistas, princípios estes que foram se espalhando em meio aos operários, sendo também um gatilho em meio ao sistema laboral em que os trabalhadores viviam naquela época.

Tendo em perspectiva o movimento operário levantado em 1917, sendo eles militantes e anarquistas, segundo o autor Mateus (2014), a imprensa serviu como uma grande ponte para a propagação dos interesses dos trabalhadores, além disso, servia para a divulgação dos ideais do movimento e ações políticas. Portanto, a força do movimento anarquista foi um dos principais fatores para que os periódicos em formas de jornal, fossem sua principal ferramenta da propagação dos seus ideais, em que apresentavam alternativas que contrariavam a ordem capitalista da época, sendo elas: greve geral, sabotagens, revolução social, etc (MATEUS, 2014, p. 164).

O jornal operário A Plebe, foi fundado em julho de 1917, pelo militante anarquista paulista Edgard Leuenroth, substituindo o jornal anticlerical A Lanterna, e findou no ano de 1951. Ele era um dos principais meios de manifestação dos princípios anarquistas na época, devido ao seu surgimento no meio do ápice da luta dos trabalhadores, tendo sua importância estendida até após a greve que ocorreu pouco antes da sua primeira publicação, sendo considerado como um dos principais jornais anarquistas da história do Brasil (MACHADO e STRONGEN, 2016, p. 84)

³ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>. Acesso em: 10 set. 2022.

A Plebe era composta de edições semanais de quatro páginas que eram publicadas aos sábados, em sua primeira fase o periódico era dirigido pelo próprio fundador, durando cerca de 20 edições, de 9 de junho até 30 de outubro de 1917. Durante sua primeira fase, o periódico relatava em suas páginas informações de cunho totalmente grevista (MACHADO e STRONGEN, 2016, p. 84).

“A Plebe estão as informações sobre greves que aconteceram antes e depois da Greve Geral, tanto na capital paulista, como no interior do estado, outras regiões do Brasil e até na Argentina; sobre organizações operárias em diversas regiões do estado de São Paulo e do Brasil; notícias do movimento anarquista na Europa e da perseguição policial e política ao movimento operário e à imprensa anarquista; depois da greve, o jornal assume a função de fiscal do cumprimento dos acordos, alertando quando este era infringido ou sua prática era postergada, além disso o jornal trazia poesias, artigos de cunho pedagógico sobre a exploração do capital, abuso do patronato e da burguesia, anticlericalismo, contra a Primeira Guerra Mundial e a participação do Brasil nesta e propagandas que variavam de um terço da página até toda a última página do jornal (MACHADO e STRONGEN, 2016, p. 85).

O periódico, mesmo sendo veiculado para informações grevistas, teve em determinado momento, em suas cinco primeiras edições como destaque em suas páginas sobre a Primeira Guerra Mundial, que já se arrastava para o seu terceiro ano. Mas já no contexto da greve, A Plebe continha uma seção chamada Mundo Operário, uma seção fundamental, pois através dela eram tratados assuntos da agenda dos operários. Dentro dessa seção, reunia-se a situação das greves, comícios, notas de criação de ligas operárias em bairros de São Paulo. Além disso, o periódico também foi responsável pela nota em que divulgava sobre a reunião organizada para a criação do Comitê de Defesa Proletária e informava sobre a subscrição para arrecadação de fundo, que tinha como objetivo ajudar grevistas que se encontravam privados de vencimentos (MACHADO e STRONGEN, 2016, p. 87).

Mas em sua primeira vez a greve é colocada em primeira página, justamente quando havia eclodido, no artigo “O porquê das Gréves”, de Florentino de Carvalho. O artigo estava presente na seção Comentários de um Plebeu, que era assinada pelo advogado Roberto Feijó. Na coluna, ele foi usado como uma análise mediante a greve sobre um artigo que havia sido publicado pela edição vespertina de O Estado de S. Paulo, em que fazia acusações sobre anarquistas e socialistas de explorarem as greves. Logo na segunda página, o assunto tratado novamente sobre a greve estava registrado na coluna Nota Simples, que foi assinado pelo pseudônimo Joly. Na seção já comentada acima, Mundo Operário, publicada de forma costumeira na terceira página, atingia o total de três colunas inteiramente completas com informações sobre a greve, sendo então o maior espaço que já teve na seção (MACHADO e STRONGEN, 2016, p. 87).

Toda a mudança nessa última edição de *A Plebe*, deixando apenas de ser um informativo para operários e servindo como um meio de veiculação sobre as informações da eclosão da Greve Geral, mostrava seu posicionamento na busca em dar destaque ao movimento grevista para que tivessem a tentativa de influenciar a agenda do público do jornal, e disponibilizar as primeiras páginas para demonstrar a relevância do assunto, dando centralidade ao tema da greve geral, servindo como meio de ampliar o espaço do jornal em que era dedicado tanto para a greve, quanto para o movimento operário (MACHADO e STRONGEN, 2016, p. 87).

Este periódico foi utilizado como um mecanismo de estratégia dos anarquistas para então realizar e propagar suas ações políticas e pedagógicas de ação direta com intenções de atingir uma revolução social constituída pela classe trabalhadora. Para Mateus (2014), a imprensa operária no contexto vivido no ano de 1917, se constitui como um “canal do problema dos trabalhadores”. A ideia por trás desse periódico era complexa, pois tinha como objetivo a busca pela emancipação total das classes oprimidas e opressoras da sociedade capitalista, pois tinham como valor uma sociedade livre, ou seja, o fim do capitalismo e das classes sociais (MATEUS, 2014, p. 165).

Partindo para o próximo jornal a ser tratado sobre o movimento grevista vivido em 1917, é o jornal *A União*. Esse jornal parte de um princípio totalmente diferente do periódico *A Plebe*, que nasceu em berço anarquista e teve sua mobilização claramente em prol dos operários, mas também engajado nas ideias socialistas. O jornal *A União*, tem berço católico, fundado no ano de 1905 no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de se opor à “imprensa mundana”, ou seja, queria inserir os ideais católicos em defesa de seus princípios sociais na imprensa, através do *A União* (ALVES, 2018, p. 130).

Aparentemente o jornal não tinha potencial para afirmar apoio ou ser oposição mediante a greve geral de 1917, se tratando de um jornal confessional com fins religiosos, mas diferente disso, *A União* foi uma gazeta que não só veiculou a greve geral, como também mantinha um editorial com posicionamento em relação aos movimentos dos anarquistas. Por diversas vezes o jornal publicou eventos da greve, assim como os demais da época, no entanto, *A União* continha particularidades em que iremos relatar sobre o seu posicionamento ao movimento grevista (ALVES, 2018, p. 130).

A princípio podemos trazer em questão a ênfase dada nas coberturas do jornal em relação à justiça e a dignidade das demandas dos operários. *A União* considerava, em diversas ocasiões, as greves como um movimento justo em que era realizado pelo trabalhador. De acordo com Alves (2018), o jornal trazia a visão de que o trabalhador tinha as greves como

último recurso para reclamar os seus direitos, pois eles eram pisados pelos patrões que assemelhavam os operários como máquinas. Ou seja, não concordavam na maneira em que a classe operária era explorada pelos patrões pois prezavam pela dignidade humana (ALVES, 2018, p. 132).

“Na mesma coluna da citação acima, são feitas inúmeras denúncias aos luxos dos patrões às custas do suor dos operários, explorados como máquinas e, muitas vezes, tratados de forma menos digna do que as mesmas. As greves tomam, nessa coluna, aspectos de sacralidade, pois tratam da dignidade humana e tentam reverter a deformidade que a exploração do trabalho traz ao homem, que na concepção católica é “à imagem e semelhança de Deus” (ALVES, 2018, p. 132).

Em suas publicações, deixam claro seu posicionamento referente ao tratamento dos operários, em um dos seus pareceres, expressam a seguinte frase: “incitaríamos [as greves] se fôssemos operários também, porque o povo já está cansado de tanta exploração, de tanta falsificação por parte dos açambarcadores sem escrúpulos”. Através do que era veiculado, seu favor estava totalmente voltado para a classe trabalhadora, viam as greves de forma justa e aplaudiam as ações (ALVES, 2018, p. 133).

Porém, é relevante trazer em questão outro ponto importante que serviu para moldar o editorial do periódico. Três décadas antes de 1917, houve a promulgação da encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo Papa Leão XIII, no ano de 1891. Ela tratava de questões sociais que abordavam os inchaços nas cidades devido à revolução industrial e, por conta do desenvolvimento de doutrinas de esquerda no Ocidente cristão. Nesse documento era falado sobre a condição dos trabalhadores com relação à permissão da organização de sindicatos, que trazia facilidade para a classe trabalhadora na vida pública e política, mas condenava o socialismo, o anarquismo em suas vertentes (ALVES, 2018, p. 133).

Devido a isso, mesmo tendo um posicionamento que defende os operários, A União, tinha ressalvas específicas quando se tratava dos quadros de esquerda em que a classe buscava a infiltração. O periódico possuía uma coluna específica chamada Anarquistas, sim. Patriotas, não. Para eles, a manifestação anarquista era vista como “agitadores”, e que trouxeram até o pronunciamento do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal, em que dizia que os anarquistas eram responsáveis por produzir “desordem inúteis” e que pediam a anulação da “pátria, do clero, da família e da burguesia”. Ou seja, para eles, era relevante a defesa dos operários como seres humanos dignos de direitos, mas quando partia de um princípio de um ideal político, viam como algo que causava desordem sem necessidade (ALVES, 2018, p. 133).

Temos outra situação como exemplo, quando a greve em São Paulo atinge o número de 50 mil operários que percorriam as ruas, os redatores do jornal levantaram reclamações devido a tolerância das autoridades com as associações revolucionárias. Em uma de suas publicações, expressa sua revolta contra até mesmo o periódico A Plebe, dizendo: “Autoridades não incomodaram os diretores do jornaleco A Plebe? 50000 operários em greve é um caso grave pois eles já atacam a propriedade” (ALVES, 2018, p. 134).

“A ideia de que as greves eram movimentos pacíficos por natureza sem a infiltração anarquista se vê em diversas ocasiões nos jornais, sem contar as que dispusemos acima. Para os escritores, quando uma greve tende ao anarquismo, as greves passam do limite da ordem social, se corrompem e não conseguem que suas reivindicações sejam contempladas, pois o anarquismo radicaliza a dicotomia capital trabalho, criando sedições entre capital e trabalho, religião e povo e respeito às leis e autoridade. A greve “é lícita, é santa”¹⁸, mas a absorção de anarquistas no movimento, para os jornais, era perniciosa” (ALVES, 2018, p. 134).

A citação se refere ao claro posicionamento do jornal, em que acreditavam que os trabalhadores mereciam condições melhores, mas discordavam que houvesse alguma questão comunista implantada na motivação dos grevistas.

2.3 Cobertura jornalística da greve de 2017

Iniciamos a análise das greves de 2017 a partir da cobertura do jornal O Globo. A princípio, o jornal disponibilizou uma seção em seu site com o tema Greve Geral, mas isso não se reflete em suas próximas publicações de forma decorrente, não sendo um objeto de atenção para a imprensa. No dia 28 de abril, é publicada uma manchete em que faz alusão ao movimento em forma de alerta, sobre a possibilidade da falta de transporte público para a população, dita da seguinte maneira: “Greve ameaça afetar transportes”. No dia 29 de abril, um dia após o início das paralisações o jornal publica sobre o acontecido de forma mais consistente, mas ainda relata sobre a falta do transporte público, por conta da greve e também sobre atos de vandalismo que aconteceram durante as manifestações, com o título: “Protestos de centrais afetam transportes e tem violência”, logo após, em seu subtítulo, associam os sindicalistas como responsáveis pelos atos de vandalismo: “Sindicalistas bloqueiam vias e estradas; no Rio, ônibus foram queimados” (JÚNIOR et al., 2019, p. 505).

Ainda na seção publicada em 29 de abril, uma foto que ocupa o espaço de um quarto da capa, mostra um ônibus em chamas, a foto é acompanhada da legenda descrito como “Vandalismo”, em negrito, e depois um trecho dizendo: “Ônibus queimados no Centro do Rio, onde cinco pessoas ficaram feridas. Em São Paulo também houve violência e confronto entre

manifestantes e policiais”. Mas embaixo da matéria que quase ocupou a capa completa do jornal, há um pequeno título, acompanhado de um texto de duas colunas: “Temer lamenta ‘graves incidentes’ no Rio e reafirma compromisso com reformas”, de acordo com Júnior e col. (2019), o texto não fala sobre Temer, mas novamente, repete que o protesto afetou os transportes públicos e os atos de vandalismo e violência que foram resultado das manifestações (JÚNIOR et al., 2019, p. 506).

“É importante notar o uso retórico da repetição da mensagem. Na mesma capa, há cinco referências à queima de ônibus, três textuais e duas imagéticas, e três passagens atribuindo a responsabilidade aos sindicalistas. O foco nos sindicalistas tem também a função de desqualificar o caráter “geral” da greve. A manchete chama o movimento de “Protesto de Centrais” e não de greve geral. Não bastasse isso, ao lado da charge, a capa anuncia artigo de Merval Pereira dizendo que não houve adesão popular à greve” (JÚNIOR et al., 2019, p. 506).

Nas páginas de opinião de O Globo do dia 29 de abril, foram trazidos dois artigos como tema da paralisação. Nos dois artigos a mobilização foi taxada de forma negativa, sem ao menos serem explorados as motivações que moviam a greve. Em seu editorial “A ‘greve geral’ das corporações” O Globo expressou que “A greve foi um espelho da resistência de corporações sindicais, e outras, a revisões cruciais para que a economia volte a crescer”, ou seja, em sua perspectiva, a greve era movida como oposição da retomada do crescimento econômico no Brasil, além de buscar a proteção do direito de poucos e não da classe trabalhadora, que é a massa do país (JÚNIOR et al., 2019, p. 506).

“Na contagem de frequência de termos nos textos que aludem à greve de abril em O Globo, a palavra “greve” tem nove registros nas primeiras páginas e nas de opinião. A expressão “vandalismo” tem duas ocorrências textuais e duas imagéticas. Além disso, em três dos nove registros do termo “violência”, há uma associação com as manifestações, estabelecendo uma relação entre “greve” e “vandalismo”, como nos seguintes trechos: “Protesto de centrais afeta transportes e tem violência” (manchete, 29 de abril); “(...) Mascarados fizeram atos de violência e vandalismo, com depredação de bancos e lojas. No Rio, oito ônibus foram queimados e cinco pessoas ficaram feridas (...)” (texto de primeira página, 29 de abril)” (JÚNIOR et al., 2019, p. 506).

Levando em consideração as análises levantadas pelo autor Júnior e col. (2019), notamos que a veiculação da greve de 2017 foi voltada para apenas para as consequências do vandalismo e violência registrados ao longo da paralisação, invertendo o sentido da real motivação dos grevistas, e pouco foi abordado sobre a problemática que levou os manifestantes às ruas, sendo elas as reformas propostas por Temer em seu período de mandato. Reformas essas que feriam o direito dos trabalhadores, que diferente do que foi apontado pelo jornal O Globo, considerava que a paralisação era voltada para benefício de poucos. Sendo assim, vemos o posicionamento do veículo na repercussão da greve como ato

de oposição por parte dos manifestantes envolvidos, principalmente por parte dos sindicalistas.

Seguimos com a análise do próximo veículo, sendo ele o jornal O Estado de S. Paulo. Já de início o jornal se posicionou em relação à paralisação, que associou a paralisação com interesses particulares dos sindicatos, sendo então considerada um “movimento de poucos”. Na véspera do dia 28 de abril, o jornal traz como capa a chamada que refere a paralisação como uma ampliação do feriado de segunda-feira, dia 1º de maio, desqualificando o esforço do movimento. Na primeira página do periódico não são encontradas nenhuma explicação das motivações da paralisação (JÚNIOR et al., 2019, p. 510).

No primeiro dia da greve o Estadão coloca como capa uma foto de uma agência bancária recebendo tapumes de proteção para caso houvesse algum ato de vandalismo contra a agência, com a legenda “Em alerta”. No dia seguinte, após o início da paralisação em abril, o periódico traz três fotos logo na primeira página, uma das fotos mostrava apenas uma rua vazia com lojas fechadas, em interpretação da ausência no trabalho e prejuízos para comércios locais. Nas próximas fotos são mostrados atos de violência, em que uma apresenta um incêndio, e na outra um manifestante mascarado apedrejando uma agência de banco (JÚNIOR et al., 2019, p. 510).

“As palavras que sobressaem na narrativa da greve nas capas e páginas de opinião do Estadão entre os dias de cobertura revelam dois enquadramentos da greve: “vandalismo” e “malandragem”. Esses sentidos têm alta sinergia com as imagens impressas no jornal, como mostramos anteriormente. Alguns termos, porém, mesmo quantitativamente pouco relevantes, são bastante significativos por demonstrarem um esforço redobrado do jornal e de seus colaboradores de atribuírem características negativas aos trabalhadores que aderiram à greve. Há duas referências ao termo “ergofobia” feitas na edição do jornal do dia 27 de abril, usado para fazer menção a sindicalistas envolvidos com a greve geral. A palavra, na verdade um neologismo inventado pelos colunistas do periódico, significa, em grego, pavor ou horror patológico ao trabalho, e é simplesmente uma maneira supostamente letrada de chamar os sindicalistas de vagabundos” (JÚNIOR et al., 2019, p. 510).

Novamente é trazida a narrativa de que a greve de 2017 não era uma luta pelas massas, voltados para os trabalhadores, ou muito menos pela insatisfação da classe e dos sindicatos devido às reformas que buscavam, e foram, implantadas por Temer. Para o Estadão, como é apontado por Júnior e col. (2019), era um movimento de “vandalismo” e “malandragem”, que traria resultados negativos para comerciantes e que não geraria nenhum outro impacto além dos prejuízos causados por manifestantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no tema principal de desenvolvimento deste relatório, sendo ele, a análise da cobertura jornalística das greves de 1917 e 2017, para entender como os veículos de comunicação selecionados, realizaram a cobertura das paralisações. Analisamos se suas abordagens tendiam a privilegiar os trabalhadores ou o patronato. Com a pesquisa sobre as publicações do periódico A Plebe e o A União, confirmamos que tinham visões diferentes sobre a situação no ano de 1917, referente às paralisações. A Plebe foi originada por um militante anarquista que carregava consigo os princípios de defesa dos trabalhadores e a luta por condições laborais favoráveis para a classe, sendo assim, A Plebe, em sua abordagem, se voltou favor dos trabalhadores.

O jornal A União, concordava com a greve, mas se opunha contra os princípios anarquistas. A paralisação era bem-vista, justamente pela origem do jornal ser de cunho católico, então, acreditaram na luta dos trabalhadores para terem condições de trabalhos dignas, mas quando se aborda sobre o socialismo, suas publicações deixam evidente seu posicionamento contra. Ou seja, era favorável à greve por verem os trabalhadores como seres humanos merecedores de condições dignas para viverem e trabalharem, mas não concordam com a temática política envolvida.

Ao analisar as greves de 2017, com base nas abordagens realizadas pelo jornal O Globo e O Estado de S. Paulo, ambos carregam uma visão parecida mediante a paralisação e aos grevistas. Dentre os dois jornais, O Globo foi o único que abordou brevemente sobre o governo de Michel Temer na época. Tanto para O Globo, quanto para o Estadão, as greves tinham como objetivo a luta pela minoria e não pela massa operária, além de acreditar que eram movidas por questões pessoais de sindicatos. Para eles, as greves não passavam de um movimento que prejudicaria o comércio, e reforçava em suas publicações os atos de vandalismo e violência que aconteciam em meio às manifestações. Ou seja, a greve era vista como uma oposição a classe de trabalhadores, mas não abordaram em nenhum momento a insatisfação pública com a reforma trabalhista que feria o direito dos trabalhadores que protegiam a classe, e com a reforma da previdência, que tocava na aposentadoria dos brasileiros.

Foi mantida a análise de publicações que estavam próximas das datas das greves, o relatório não apresenta uma análise contínua dos jornais ao longo de semanas, por isso, o que apresentamos em nossa pesquisa é apenas voltada para manchetes que eram divulgadas um dia após a greve, ou um dia antes de ocorrer as paralisações.

Portanto, seria válido a projeção de novos trabalhos contendo uma pesquisa em que se estende ao logo de semanas ou até mesmo meses após as greves, para entendermos se as coberturas jornalísticas dos veículos estudados se mantiveram a ou se houve alguma mudança de posicionamento ao logo do tempo.

4. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Pedro Henrique Guimarães Teixeira. Jornalismo Confessional carioca: a greve de 1917 e a cobertura de O Jornal Batista e A União. **Revista Aedos**, v.10, n. 22, p. 125-139, ago., 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/76066>. Acesso em: 20 out. 2022.

BIONDI, Luigi. Greve geral de 1917 em São Paulo (Verbete). In: ABREU, Alzira (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Disponível em: <<<https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-191><<. Acesso em 27 maio 2022.

CASTRO, Raket; NASCIMENTO, José; SANTOS, Francisca. Reforma da previdência e trabalhista no Brasil: a democracia midiaticizada. **Revista Estudos em Comunicação**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 26, p. 274-286, maio de 2017. Disponível em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/471/0>. Acesso em: setembro, 2022.

DA FONSECA, João. Início No Brasil e Greve Geral de 1917. YouTube, 09 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7tmmuUBrViY>. Acesso em: 18 jul. 2022

GREVE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 20 maio 2022

JÚNIOR, João Feres; CANDIDO, Marcia Rangel; MELO, Patricia Bandeira de; VIEIRA, Lidiane Rezende. A cobertura jornalística das greves gerais de 2017: paradigma de protesto ou militância política. **Revista CESOP**, Campinas, v. 25, n.3, p. 495-524, set/dez, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/rHqzCSd97L8HqY6wz6tVXjC/?foracmat=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2022

KORNIS, Mônica; SANTANA, Marco Aurélio. Greve (verbete). In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). ABREU, Alzira Alves de (org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. São Paulo: FGV, [2010-]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve>. Acesso em: 21 abr. 2022

LAGE, Nilson. Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística. Record, 2001. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022

MACHADO, Liliane Maria de Macedo; STRONGEN, Fernando Figueiredo. O agendamento da greve nas páginas de A Plebe (1917). **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 11, n.1,

p. 78-92, jan./abril, 2016. Disponível em:

<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/106/106>.

Acesso em: 18 out. 2022

MAIOR greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros. **Brasil de Fato**, São Paulo, 28 abr. 2017. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>. Acesso em: 10 set. 2022

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. Arte e Anarquismo no periódico A Plebe (1917). **Revista de História da UEG**, v. 3, n. 1, p. 163-182, 2014. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/download/2114/1875/>

MORESI, Eduardo et al. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, Disponível em: <https://bityli.com/gNdxKF>. Acesso em: Acesso em: 27 maio 2022

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, v. 30, p. 497-518, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/4pzvZkq8Cmf54NrbCfC7pCD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 de junho 2022